



Diagnóstico e Avaliação de Impactos em Bom Jesus do Galho - Turismo, Cultura, Esporte e Lazer

Sumário

1	Introdução	9
2	Metodologia.....	13
2.1	Procedimentos Empregados no Diagnóstico.....	13
2.2	Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto	21
2.3	Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados	21
3	Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Bom Jesus do Galho 23	
3.1	Caracterização Geral.....	23
3.2	Análise Temática	33
3.3	Diagnóstico de Comunidades Próximas ao Rio Doce	68
3.4	Clipping de Notícias.....	71
3.5	Textos Acadêmicos	75
4	Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas	78
4.1	Turismo	78
4.2	Cultura.....	79
4.3	Esporte e Lazer	79
5	Avaliação de Impactos	83
5.1	Metodologia.....	83
5.2	Resultados	103
6	Créditos e Referências	107

Índice de Tabelas

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR	16
Tabela 2 Taxa de urbanização de Bom Jesus do Galho e de Minas Gerais (%).....	25
Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Bom Jesus do Galho e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010).....	26
Tabela 4 IDHM e seus componentes - Bom Jesus do Galho e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)	30
Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Bom Jesus do Galho e de Minas Gerais (2010 – 2013).....	31
Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Bom Jesus do Galho e Minas Gerais (2000 e 2010)	33
Tabela 7 Síntese das informações coletadas no Inventário Turístico de Bom Jesus do Galho	34
Tabela 8 Meios de hospedagem	42
Tabela 9 Equipamentos de refeição	43
Tabela 10 Serviços de transporte	46
Tabela 11 Templos e manifestações fé/edificações	47
Tabela 12 Atrativos naturais	51
Tabela 13 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Bom Jesus do Galho (2014-2015)	56
Tabela 14 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Bom Jesus do Galho (2007-2013).....	58
Tabela 15 Atrativos culturais	60
Tabela 16 Espaços de esporte e lazer	67
Tabela 17 Clipping de notícias de Bom Jesus do Galho	71
Tabela 18 Síntese de citações – Bom Jesus do Galho	76
Tabela 19 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão	84
Tabela 20 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais	86
Tabela 21 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais	105

Tabela 22 Lista de participantes de reunião institucional em Bom Jesus do Galho	107
Tabela 23 Equipe Técnica	107

Índice de Gráficos

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Bom Jesus do Galho (R\$)	32
Gráfico 2 Impacto sobre a imagem do município	104

Índice de Figuras

Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone	18
Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais	19
Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais	20
Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce	20
Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva	21
Figura 6 Mapa dos Bens Identificados em Bom Jesus do Galho	36
Figura 7 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura	54
Figura 8 Mapa de localização da comunidade Revés do Belém	69
Figura 9 Revés de Belém	70
Figura 10 Rio Doce nas proximidades da Ponte Perdida, Bom Jesus do Galho, antes e depois da catástrofe da mineração	73
Figura 11 Nuvem de termos referente ao clipping de Bom Jesus do Galho	74
Figura 12 Modelo de Gráfico de Radar	88
Figura 13 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos	89
Figura 14 Classificação da Significância de Impactos	90

LISTA DE SIGLAS

CEFART: Centro de Formação Artística da Fundação Clóvis Salgado

CEI: Centro de Estatística e Informações

CODEMA: Conselho de Defesa do Meio Ambiente

CONAC: Coordenação de Contas Nacionais

COMTUR: Conselho Municipal de Turismo

CME: Conselho Municipal de Esportes

CNTUR: Conselho Nacional de Turismo

CND: Conselho Nacional do Desporto

CNPC: Conselho Nacional de Política Cultural

CT: Circuitos Turísticos

EMATER: Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural

EMBRATUR: Empresa Brasileira de Turismo

FAOP: Fundação de Arte de Ouro Preto

FEC: Fundo Estadual de Cultura

FJP: Fundação João Pinheiro

FIEMG: Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais

FNC: Fundo Nacional da Cultura

FORNATUR: Fórum Nacional de Secretários e Dirigentes Estaduais de Turismo

FUMTUR: Fundo Municipal de Turismo

FUNGETUR: Fundo Geral do Turismo

IBGE: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

ICMS: Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços

IDHM: Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

IEF: Instituto Estadual de Florestas

IEPHA: Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais

IMRS: Índice Mineiro de Responsabilidade Social

IPEA: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada

IPTU: Imposto Predial e Territorial Urbano

ISSQN: Impostos Sobre Serviços de Qualquer Natureza

MAB: Movimento dos Atingidos por Barragens

MINC: Ministério da Cultura

MTur: Ministério do Turismo

PAA: Programa de Aquisição de Alimentos

PEC: Plano Estadual de Cultura

PEDST: Plano Estratégico para o Desenvolvimento Sustentável do Turismo em Minas Gerais

PMDI: Plano Mineiro de Desenvolvimento Integrado

PNMT: Plano Nacional de Municipalização do Turismo

PMT: Plano Municipal de Turismo

PNT: Plano Nacional de Turismo

PNC: Plano Nacional de Cultura

PNCV: Política Nacional Cultura Viva

PNLL: Plano Nacional de Livro e Leitura

PRT: Programa de Regionalização do Turismo

PRONAC: Programa Nacional de Apoio à Cultura

PRONATEC: Programa Nacional de Acesso ao Ensino Técnico e Emprego

SEC: Secretaria de Estado de Cultura

SEESP: Secretaria de Estado de Esportes

SETUR: Secretaria de Estado de Turismo

SNC: Sistema Nacional de Cultura

SNIIC: Sistema Nacional de Informações e Indicadores Culturais

SNT: Sistema Nacional de Turismo

TCC: Cadastro Nacional de Pontos e Pontões de Cultura, e o Termo de Compromisso Cultural

TCE: Tribunal de Contas do Estado

TURMINAS: Empresa Mineira de Turismo

UEMG: Universidade Estadual de Minas Gerais

UFJF: Universidade Federal de Juiz de Fora

UFMG: Universidade Federal de Minas Gerais

UFES: Universidade Federal do Espírito Santo

UHE: Usina Hidroelétrica

UTRAMIG: Fundação de Educação para o Trabalho de Minas Gerais



Introdução

1 Introdução

Este documento apresenta o diagnóstico e a avaliação de impactos sobre os aspectos de cultura, esporte, lazer e turismo relativos ao município de Bom Jesus do Galho, decorrentes do rompimento da barragem de Fundão, em 05/11/2015, fato doravante denominado Evento. A definição do escopo e dos procedimentos empregados na elaboração do diagnóstico e da avaliação de impactos foi procedida em consonância com o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório¹ e compensatório², na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Face à complexidade e diversidade dos temas a serem abordados e à necessidade de cumprir o objetivo proposto com o máximo de fluidez de leitura possível, optou-se por dividir este documento em cinco partes, assim organizadas:

-
- Parte I: Metodologia;
- Parte II: Diagnóstico do Município;
- Parte III: Síntese;
- Parte IV: Avaliação de Impactos do Evento;
- Parte V: Créditos e Referências.

A primeira parte é destinada à apresentação dos procedimentos e instrumentos metodológicos empregados no desenvolvimento de todas as etapas do processo de trabalho: planejamento; levantamento de dados primários e secundários; sistematização e análise de dados para fins de diagnóstico, avaliação de impactos e proposição das ações e medidas de reparação e compensação dos impactos identificados nas dimensões da cultura, turismo, e esporte e lazer.

1 Compreendem medidas e ações de cunho reparatório que têm por objetivo mitigar, remediar e/ou reparar impactos socioambientais e socioeconômicos advindos do EVENTO.

2 Compreendem medidas e ações que visam a compensar impactos não mitigáveis ou não reparáveis advindos do EVENTO, por meio da melhoria das condições socioambientais e socioeconômicas das áreas impactadas, cuja reparação não seja possível ou viável, nos termos dos PROGRAMAS.

A segunda parte se refere ao objetivo primeiro deste trabalho que é o de apresentar a atual situação dos municípios em relação aos aspectos da cultura, turismo, esporte e lazer. As informações apresentadas são o resultado da compilação de dados obtidos por meio de diferentes estratégias e procedimentos de pesquisa e buscam dar a conhecer o status atual da situação dessas áreas, com suas potencialidades e fragilidades. De maneira particular, este diagnóstico apresenta as condições atualmente vividas pelo município em função do Evento e as atividades já em desenvolvimento para sua mitigação, bem como aquelas que ainda são necessárias iniciar.

Ressalta-se que na etapa de diagnóstico procedeu-se com a atualização do Inventário de Oferta Turística do município, realizado em 2014, tendo sido necessário, portanto, validar e atualizar os dados e informações disponíveis.

Um aspecto importante a mencionar é o fato de que a pesca amadora foi incluída neste diagnóstico, na dimensão lazer. Sendo assim, há um volume específico para a pesca amadora que apresenta o diagnóstico dos 32 municípios conjuntamente.

Cabe fazer menção aqui ao fato de que não se pretendeu neste trabalho realizar um aprofundado diagnóstico de caráter socioeconômico, tendo em vista que este produto já foi previamente elaborado por consultoria contratada pela Samarco S/A. O referido diagnóstico³, inclusive, foi utilizado como referência para o trabalho ora apresentado. Nessa medida, os dados socioeconômicos de Bom Jesus do Galho aqui expostos são aqueles que auxiliam na análise de fragilidades e potencialidades municipais relativas aos temas de cultura, esporte, lazer e turismo e, ainda, aqueles que dão suporte à avaliação de impactos do Evento sobre o município, no tocante a estas disciplinas.

A terceira parte do trabalho consiste em uma síntese do diagnóstico das áreas de turismo, cultura, esporte e lazer.

A quarta parte trata da avaliação de impactos decorrentes do Evento sobre o município de Bom Jesus do Galho. A qualidade da etapa de Identificação e Avaliação dos Impactos Ambientais (AIA) é de fundamental importância para que a Fundação Renova possa atuar de maneira efetiva na mitigação dos impactos ambientais decorridos do Evento, bem como

³ Diagnóstico Socioeconômico, Município de Bom Jesus do Galho/MG, elaborado pela Práxis Projetos e Consultoria

trabalhar na potencialização de impactos positivos que eventualmente tenham ocorrido em função deste. Nesse sentido, a equipe da Expressão Socioambiental dedicou-se a adaptar metodologias já consagradas nos Estudos de Impacto Ambiental, as quais tomam como referência a Resolução CONAMA 01/86. Além disso, todos os tratados e parâmetros internacionais de garantia de qualidade de vida e direitos foram também levados em consideração.

A AIA somente pode ser realizada de forma coerente e tecnicamente adequada de posse de duas peças anteriores muito importantes: a descrição do Evento e suas consequências e o diagnóstico atual da área. Todo o processo de AIA se baseará nestas informações, tendo em vista que alguns impactos vivenciados pela população nos aspectos culturais, de esporte, lazer e turismo possam ter sido mitigados durante os meses subsequentes à sua ocorrência.

A quinta parte do relatório aborda a apresentação das referências utilizadas para a elaboração deste documento e os créditos.

Salienta-se que embora as análises versem sobre distintas dimensões da realidade social e das políticas públicas – cultura, turismo, esporte e lazer –, com suas especificidades, buscou-se conferir às mesmas uma perspectiva integrada.

Por fim, cumpre destacar que este relatório soma-se a um estudo mais abrangente, composto em sua totalidade pelo diagnóstico e Inventário da Oferta Turística (INVTUR) de 32 municípios contíguos ao rio Doce e ainda por outros cinco volumes, sendo eles Diagnóstico da Pesca Esportiva e Amadora; Documento de Políticas Públicas de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer em Nível Federal e Estadual; Perfil Municipal de Turismo, Cultura, Esporte e Lazer de cada um dos 32 municípios; Compilado Cartográfico⁴; e Síntese dos Diagnósticos. Haverá, ainda, um vídeo com a apresentação dos principais resultados deste trabalho.

⁴ Os mapas apresentados neste relatório são meramente ilustrativos, visto que a redução de seu tamanho original não possibilita a leitura. Os mapas em tamanho compatível com a escala serão apresentados no volume: Compilado Cartográfico.



Metodologia

2 Metodologia

A definição dos procedimentos e instrumentos metodológicos aqui empregados observou as premissas que encerram a produção técnico-científica, os princípios e normativas instituídos pelos órgãos nacionais que regem processos de elaboração de diagnósticos para subsídio à avaliação de impactos socioambientais e a decorrente proposição de medidas de mitigação, reparação e compensação de tais impactos. De modo específico, observou o que estabelece o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta – TTAC, de 02 de março de 2016, acerca do Programa de Apoio ao Turismo, Cultura, Esporte e Lazer, de cunho reparatório e compensatório, na subseção III.3, cláusulas 101 a 105.

Foram propostos procedimentos e instrumentos para cada uma das etapas do processo de trabalho desenvolvido, a saber: o diagnóstico sobre os temas cultura, turismo, esporte e lazer relativos a 32 municípios da bacia do rio Doce; em Minas Gerais; a avaliação dos impactos socioambientais e a correlata proposição de ações e medidas de reparação e compensação. Face à complexidade das expressões dos impactos decorrentes do Evento sobre a dinâmica sociocultural e econômica⁵ da área de abrangência do estudo, propôs-se distinguir duas territorialidades de análise: (i) os 32 municípios que integram a bacia do rio Doce e, por conseguinte, o escopo do estudo; e (ii) as comunidades lindeiras ao Rio, por isso, mais susceptíveis aos impactos.

2.1 Procedimentos Empregados no Diagnóstico

A elaboração do diagnóstico teve início com o levantamento de dados e informações secundárias em sítios governamentais de âmbito municipal, estadual e federal, bem como em bancos de dados e estudos de instituições de pesquisa. Dentre as principais fontes pesquisadas, tem-se:

- Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE;
- Fundação João Pinheiro;
- Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada – IPEA;

⁵ Não foram incorporados os efeitos inflacionários ao longo dos anos nos valores expressos neste relatório.

- Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento – PNUD;
- Secretarias de Estado de Turismo, de Cultura e de Esportes de Minas Gerais;
- Ministério de Turismo;
- Ministério da Cultura;
- Ministério do Esporte;
- Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais – IEPHA;
- Fundação Renova;
- Práxis Projetos e Consultoria – Diagnóstico socioeconômico realizado para a Samarco.

Os dados e informações levantados foram sistematizados em banco de dados, a partir do quais geraram-se gráficos e tabelas para subsidio às análises preliminares acerca dos aspectos a serem estudados.

O segundo momento foi dedicado à construção dos instrumentos de coleta de dados primários. Para tanto, tomou-se como ponto de partida e referência o modelo do Inventário da Oferta Turística – INVTUR, primeiro produto a ser gerado para cada um dos 32 municípios da área de abrangência deste trabalho, em atendimento ao TTAC e ao Termo de Referência. O INVTUR, proposto pelo Ministério do Turismo, é composto por formulários agrupados em três grandes eixos: infraestrutura de apoio ao turismo; serviços e equipamentos turísticos; e atrativos turísticos. Na metodologia proposta pelo Ministério do Turismo há uma recomendação de que o inventário seja realizado em parceria com instituições de ensino superior de turismo ou cursos afins. Em consonância com tal recomendação, a Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos realizou contrato de prestação de serviços de natureza técnico-científica com a Universidade Federal de Ouro Preto (UFOP) de maneira a incluir em sua equipe docentes do Departamento de Turismo, bem como pesquisadores.

Face à amplitude do escopo do estudo, que contempla, além do turismo, as dimensões cultura e esporte e lazer, fez-se necessário construir instrumentos de levantamento de dados complementares, a serem utilizados em entrevistas com gestores públicos, integrantes dos conselhos de políticas setoriais, representantes de instituições de interesse público, que atuam em áreas correlatas ao escopo do estudo, e lideranças comunitárias. Salienta-se que, com os instrumentos complementares, buscou-se abarcar questões não contempladas nos formulários do INVTUR, bem como contribuir para o levantamento de dados e informações que possibilitem cotejar os impactos decorrentes do Evento. O INVTUR proporciona o

conhecimento do setor turístico, auxiliando na divulgação, utilização e elaboração de possíveis propostas de conservação e/ou reparação dos aspectos e pontos inventariados.

Tomou-se como referência a plataforma online do INVTUR, por ainda ser disponibilizada no site da Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais. Para acesso à referida plataforma, a SETUR/MG concedeu uma senha de teste, por meio da qual foi possível identificar e selecionar as informações a serem levantadas neste estudo, observando os itens de preenchimento obrigatório. Os formulários então elaborados foram inseridos em um aplicativo denominado *TapSee*, instalado em *tablets* utilizados pelos pesquisadores em campo. Os pesquisadores foram capacitados a utilizarem o referido aplicativo, em conformidade com os Manuais A, B e C do INVTUR, disponibilizados no site do Ministério do Turismo. Em tais Manuais é possível obter informações sobre todas as questões constantes nos formulários.

O levantamento de dados preliminar possibilitou constatar que metade dos 32 municípios dispõem de INVTUR, em geral, por integrarem circuitos turísticos, cuja adesão é condicionada à realização de inventário turístico local. Por conseguinte, foram estabelecidas distintas estratégias de levantamento de dados. Nos municípios que possuem INVTUR, o procedimento adotado foi o de atualizá-lo e validá-lo em posse de informações já disponibilizadas no *TapSee*. Nos municípios que não possuem inventário turístico, este foi realizado. Para tanto, foram utilizados diferentes procedimentos de preenchimento dos formulários, segundo a sua natureza.

A seguir, apresenta-se a Tabela 1, na qual constam o tipo de formulário, informações constantes em cada um deles para serem levantadas e os procedimentos adotados para obter tais informações.

Tabela 1 Listagem de formulários do INVTUR

INVTUR	Tipo de informação	Como obter a informação
Formulário A1	Características Gerais	Fontes secundárias e validação com representante sugerido no contato institucional
Formulário A.2.2	Acesso	Fontes secundárias e a condição pode ser percebida em campo
Formulário A4	Serviços de Segurança	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário A7	Outros Serviços	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo B (Formulários B1, B2, B3, B4, B5, B6 e B7)	Serviços e equipamentos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Módulo C	Atrativos turísticos	Fontes secundárias, percepção e validação em campo
Formulário de Eventos	Eventos	Fontes secundárias e validação em campo
Formulário de Gastronomia	Gastronomia	Fontes secundárias e validação em campo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A análise dos formulários do INVTUR foi cuidadosamente procedida, observando a necessidade de se levantarem dados para a elaboração dos diagnósticos municipais de turismo, cultura, esportes e lazer, tanto nas sedes dos municípios, quanto nas comunidades impactadas pelo Evento. Temas importantes para as análises e não contemplados no INVTUR motivaram a elaboração de novos instrumentos de coleta para preencher essas lacunas. Tal como previsto no TTAC, planejou-se a busca de informações referentes aos três segmentos: (i) institucionalidade e recursos, (ii) infraestrutura e equipamentos, (iii) programas, projetos e práticas.

Dessa forma, além da realização de pesquisa em fontes de dados secundárias para subsidiar o estudo das temáticas definidas, foram elaborados os seguintes questionários complementares:

- Questionário Complementar Partes I e II – Cultura;
- Questionário Complementar Partes I e II – Turismo;

- Questionário Complementar Partes I e II – Esportes e Lazer;
- Questionário Complementar Relacionamento Samarco/Prefeitura.

Os questionários complementares foram estruturados em blocos. Os três questionários complementares Parte I tratam da gestão municipal de cada política pública em estudo. Os outros três abordam, para cada tema de estudo, aspectos relativos ao desenvolvimento econômico e social, gestão financeira, capital social e, especificamente, para a área da cultura: a produção cultural, os equipamentos culturais, os meios de comunicação e o calendário cultural. Esses questionários foram destinados à aplicação junto a gestores e técnicos das gestões públicas municipais, responsáveis pelas políticas de cultura, turismo, esportes e lazer. O quarto questionário complementar tem por objetivo subsidiar a avaliação do relacionamento institucional do município com a Samarco, após o Evento, sendo por isso proposto ao Prefeito Municipal ou a um representante por ele indicado.

Para subsidiar a Avaliação de Impactos foram propostos procedimentos e elaborados instrumentos específicos de levantamento de dados. Os procedimentos específicos consistiram em: pesquisa documental de estudos técnico-científicos sobre o Evento e seus impactos; observação in loco com registro de dados e informações por meio de fotografias, filmagens e coordenadas geográficas, para fins de elaboração de mapas e outros recursos de documentação e análise; aplicação de questionários estruturados de avaliação de impactos junto a gestores públicos, integrantes de conselhos de políticas setoriais correlatas aos temas em estudo; representantes de instituições públicas e lideranças comunitárias. Foram três os questionários elaborados:

- Avaliação de Impacto no Setor Cultura;
- Avaliação de Impacto no Setor Turismo;
- Avaliação de Impacto no Setor Esportes e Lazer.

Os questionários foram aplicados e sistematizados por meio da ferramenta digital de *survey* operacionalizada pelo aplicativo *TapSee*, que permite o armazenamento, a organização e a

padronização da coleta de dados, imagens e localização⁶. O aplicativo favorece o preenchimento digital e a integração de dados diretamente no banco de dados da pesquisa, facilitando a aplicação dos questionários e a sistematização da informação.

Com o objetivo de orientar o diálogo com moradores das comunidades diretamente atingidas pelo Evento, sejam eles lideranças, comunitárias ou não, comerciantes, representantes de associações e grupos diversos, foi elaborado um Roteiro de Entrevistas.

Também foi proposto trabalho de campo com vistas ao registro do impacto físico ao longo do rio, decorrente do Evento, por meio de ferramenta de georreferenciamento. Para tanto, utilizou-se como recurso um sobrevoo de drone, a fim de produzir imagens que registrassem o status atual do impacto em pontos específicos a partir da indicação dos entrevistados e com a observação dos técnicos envolvidos no diagnóstico.



Figura 1 Imagem aérea da Lagoa Dom Helvécio, no Parque Estadual do Rio Doce, realizada por meio de drone

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Em atendimento ao TTAC, que prevê de maneira explícita, a partir da avaliação de impactos, o desenvolvimento de ações de desenvolvimento e de recuperação da pesca esportiva/amadora para a bacia hidrográfica, especialistas da equipe elaboraram o Roteiro

⁶ O *TapSee* permite a criação de *survey*, com questões abertas e fechadas, para a aplicação em campo. Tem recursos para incluir variáveis numéricas, ícone para inserção de datas, armazenamento de fotos e de coordenadas GPS, gravações, além de separar as informações por página e as questões por blocos de assuntos.

da Pesca Amadora Esportiva. Esse roteiro foi adotado como instrumento de orientação dos diálogos com ribeirinhos e comerciantes de lojas que vendem artigos de pesca nos municípios visitados.

Definidos os procedimentos metodológicos e elaborados os instrumentos de pesquisa, foi realizado trabalho de campo para levantamento de dados sobre aspectos atinentes à cultura, esporte, lazer e turismo, bem como sobre as atividades de pesca amadora/esportiva. De maneira geral, as atividades de campo tiveram três linhas de atuação: (i) contatos institucionais com gestores e conselheiros públicos para levantamento de dados por meio da aplicação de questionários estruturados, necessários ao balizamento das análises de diagnóstico e de avaliação dos impactos causados pelo Evento; (ii) atualização ou realização do INVTUR; (iii) levantamento de dados em localidades diretamente afetadas nas margens do rio e junto a pescadores amadores/esportivos e pessoas ligadas a essa atividade, por meio da aplicação de questionário, registro fotográfico e de coordenadas geográficas.



Figura 2 Exemplo de entrevista realizada com gestores municipais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Com relação à pesca amadora/esportiva foram aplicados questionários junto a pescadores, moradores locais e ribeirinhos, que tinham a pesca como fonte de lazer e/ou turismo. Além dos específicos aos pescadores, foram aplicados questionários às atividades de comércio

que tinham envolvimento direto com a pesca, a exemplo de lojas que comercializam produtos voltados à pesca, como caniços, linhas, anzóis, iscas e afins.



Figura 3 Preenchimento dos questionários junto a pescadores e moradores locais

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Além dos questionários foram observados in loco as atividades de pesca, tendo sido documentados todos os possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora/esportiva.



Figura 4 Registro das atividades de pesca ao longo do rio Doce

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Figura 5 Observação in loco dos possíveis impactos incidentes sobre a pesca amadora esportiva

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Por fim, no sentido de garantir uma eficiente e detalhada apresentação dos resultados do trabalho foram utilizados recursos como mapas, tabelas, gráficos e fotos.

2.2 Procedimentos Empregados na Avaliação de Impacto

Os procedimentos adotados para a avaliação de impactos serão apresentados no capítulo referente ao tema.

2.3 Procedimentos Empregados na Proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados

Os procedimentos empregados na proposição de Ações de Reparação e Compensação dos Impactos Identificados serão expostos em volume a parte dedicado a este tema.



Diagnóstico

3 Diagnóstico de Cultura, Turismo, Esporte e Lazer: Município de Bom Jesus do Galho

3.1 Caracterização Geral

3.1.1 Histórico de Ocupação do Município

O processo de busca e exploração do ouro na bacia do Rio Doce deflagrou intensas e sangrentas disputas entre os colonizadores e as populações autóctones, constituídas pelas tribos indígenas denominadas Botocudos (BOM JESUS DO GALHO, 2016).

A sustentação da ação exploratória do colonizador na região, amparado pela Coroa Portuguesa, implicou na necessidade de se construir estruturas: em 1779 foi, pois, construída uma ponte sobre o Rio Doce, uma estrada na mata e um ponto de parada em Quartel do Sacramento. Todavia, a ampliação da presença e do domínio do colonizador sobre o território regional, originalmente ocupado pelos índios Botocudos, fazia crescer a tensão e as disputas. Em 1781, em ato de resistência ao avanço dos colonizadores sobre a Aldeia Casa de Casca, os Botocudos atearam fogo na ponte, que passou a ser conhecida como Ponte Queimada. Anos mais tarde, em 1824, a aldeia foi denominada como Aldeia de Pedro. Naquele período, estava em curso uma onda migratória para a localidade, então já conhecida como Galho (BOM JESUS DO GALHO, 2016).

Há indícios de que tal denominação se deve ao encontro dos ribeirões Gaio e Sacramento, mas há aqueles que associam o nome à separação do aldeamento indígena em relação ao Quartel do Sacramento. Outra hipótese remete aos galhos que caíram sobre o rio Sacramento, auxiliando em sua travessia (BOM JESUS DO GALHO, 2016; FERREIRA, 1958).

Já no último quartel do século XIX, mais precisamente no ano 1880, Adão Coelho, um proprietário de terras na região, construiu uma capela em homenagem ao Senhor Bom Jesus, em torno da qual se formaria um povoado. Em 1911, o povoado já era maior que o povoado do Galho, com o qual se fundiu (BOM JESUS DO GALHO, 2016; FERREIRA, 1958).

A chegada dos trilhos da Estrada de Ferro Leopoldina, em 1928, gerou desenvolvimento para a localidade. Porém, somente em 31 de dezembro de 1943, o distrito de Bom Jesus do Galho se emancipou do município de Caratinga, por meio do Decreto Lei nº 1.058/43 (BOM JESUS DO GALHO, 2016; FERREIRA, 1958).

3.1.2 Aspectos Geográficos: Área e Temperatura

A área na qual Bom Jesus do Galho está situado corresponde a 594,18 Km², pertencendo à Mesorregião do Vale do Rio Doce e à Microrregião de Caratinga (ATLAS BRASIL, 2016). Sua temperatura média anual é de 21,3° C.

Seus municípios limítrofes são: Caratinga, Timóteo, Marliéria, Pingo D'água, Córrego Novo, Raul Soares, Entre Folhas e Vargem Alegre (MINAS GERAIS, 2016). O município possui três distritos: Bom Jesus do Galho, Passa Dez e Quartel do Sacramento (BARBOSA, 1995).

3.1.3 Aspectos Demográficos

De acordo com o IBGE, a população de Bom Jesus do Galho em 2016 era de 15.364 habitantes e sua densidade demográfica de 25,88 habitantes por km² (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

No período 1991-2000 a taxa média anual de crescimento da população de Bom Jesus do Galho foi de 0,88%, enquanto a de Minas Gerais foi de 1,43%. Entre 2000 e 2010 a população do município registrou taxa média anual de crescimento negativa (-0,51%). Se comparada à taxa de crescimento populacional estadual para o mesmo período (0,91%), observa-se diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016; IBGE, 2016).

A taxa de urbanização do município, que era de 57,47% em 2000, teve aumento expressivo em 10 anos, passando para 65,24% em 2010. Aumento menos significativo pode ser observado em Minas Gerais, uma vez que a taxa de urbanização para o mesmo período passou de 82% para 85,29%. Verifica-se, porém, o deslocamento contínuo da população pertencente às áreas rurais para a zona urbana tanto no município como no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 2 Taxa de urbanização de Bom Jesus do Galho e de Minas Gerais (%)

		1991	2000	2010
Bom Jesus do Galho	População urbana	39,04	57,47	65,24
	População rural	60,96	42,53	34,76
Minas Gerais	População urbana	74,87	82	85,29
	População rural	25,13	18	14,71

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Quanto ao gênero, em 2010 a população de Bom Jesus do Galho era composta por 50,92% de homens e 49,8% por mulheres. Já em Minas Gerais, a composição para o mesmo ano foi de 49,2% e 50,8%, respectivamente, não observando-se, portanto, diferença significativa (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação à escolaridade da população de Bom Jesus do Galho, é possível destacar uma evolução nas últimas duas décadas, havendo redução do número de habitantes, acima de 25 anos, que são analfabetos ou possuem apenas fundamental incompleto (de 38,34%, em 1991, para 22,94%, em 2010) (ATLAS BRASIL, 2016).

Porém, o percentual de habitantes que completaram o ensino médio, ou mesmo têm superior incompleto (4,63%, em 1991, para 9,93%, em 2010), é significativamente menor do que o encontrado em Minas Gerais (10,8%, em 1991, para 21,7%, em 2010). Além disso, observa-se que, em 2010, somente 3,36% da população de Bom Jesus do Galho possuía ensino superior completo frente a 10,6% no estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Dessa forma, é possível constatar que as gerações mais jovens de Bom Jesus do Galho possuem maior escolaridade, embora o percentual da população que completou mais anos de estudo ainda seja significativamente inferior ao do estado.

Naquilo que se refere à razão de dependência e à taxa de envelhecimento⁷, observa-se que em Bom Jesus do Galho, no ano 2000, a razão de dependência foi de 61,44%, enquanto, em 2010, registrou-se o valor de 51,5%. Já em Minas Gerais, registraram-se, no mesmo

⁷ A taxa de dependência se trata da razão entre a população dependente – com menos de 15 anos e de 65 anos ou mais – e a economicamente ativa – entre 15 e 64 anos. A taxa de envelhecimento, por sua vez, refere-se à razão existente entre a parcela da população que possui 65 anos ou mais frente ao total populacional.

período, os valores de 54,94% e 45,92%. Quanto à taxa de envelhecimento, verifica-se que, em 2010, a do município foi de 11,11% frente a 7,36% do estado (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 3 Razão de dependência e taxa de envelhecimento - Bom Jesus do Galho e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

		1991	2000	2010
Bom Jesus do Galho	Razão de dependência	75,81%	61,44%	51,50%
	Taxa de envelhecimento	6,36%	8,75%	11,11%
Minas Gerais	Razão de dependência	65,43%	54,94%	45,92%
	Taxa de envelhecimento	4,83%	5,83%	7,36%

Fonte: Atlas Brasil, 2016

Especialmente no ano de 2010, identifica-se diferenças entre os valores atribuídos a Bom Jesus do Galho e a Minas Gerais, observando-se que os valores registrados no município são superiores aos do estado.

3.1.4 Infraestrutura Viária, de Transportes e Comunicação

O acesso ao município de Bom Jesus do Galho se dá pela via terrestre, sendo seu principal meio o rodoviário. O Terminal Rodoviário José Cupertino Moreira⁸ tem sua administração coordenada pelo poder público e se encontra em estado de conservação ruim.

Bom Jesus do Galho é atendido pela rodovia estadual MG-329, que se liga às rodovias federais BR-116 e BR-120, em Caratinga e Ponte Nova, respectivamente. O município está situado a 204 Km de Belo Horizonte, capital do estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2016), encontrando-se relativamente próximo a cidades como Ipatinga (121 Km) e Governador Valadares (147 Km) (PRÁXIS, 2016).

O transporte intermunicipal é realizado, principalmente, pelas empresas Viação Bom Jesus e Univale. Já o acesso da população ao meio ferroviário de transporte mais próximo se dá na Estação Ferroviária da Estrada de Ferro Vitória a Minas, em Ipatinga. Os serviços

⁸ Endereço: Rua Francisco Orlando Silva nº 89, centro. CEP: 35340000.

aeroviários mais próximos encontram-se também no município de Ipatinga, no Aeroporto da USIMINAS (PRÁXIS, 2016).

Sobre os meios de comunicação, verifica-se que Bom Jesus do Galho conta com as empresas Claro, Oi e Vivo como as principais operadoras de serviços de telefonia e internet móveis. O município conta, ainda, com a emissora de rádio Rádio Bom Jesus.

A Figura 6, abaixo, aponta a localização e as principais vias de acesso ao município de Bom Jesus do Galho.

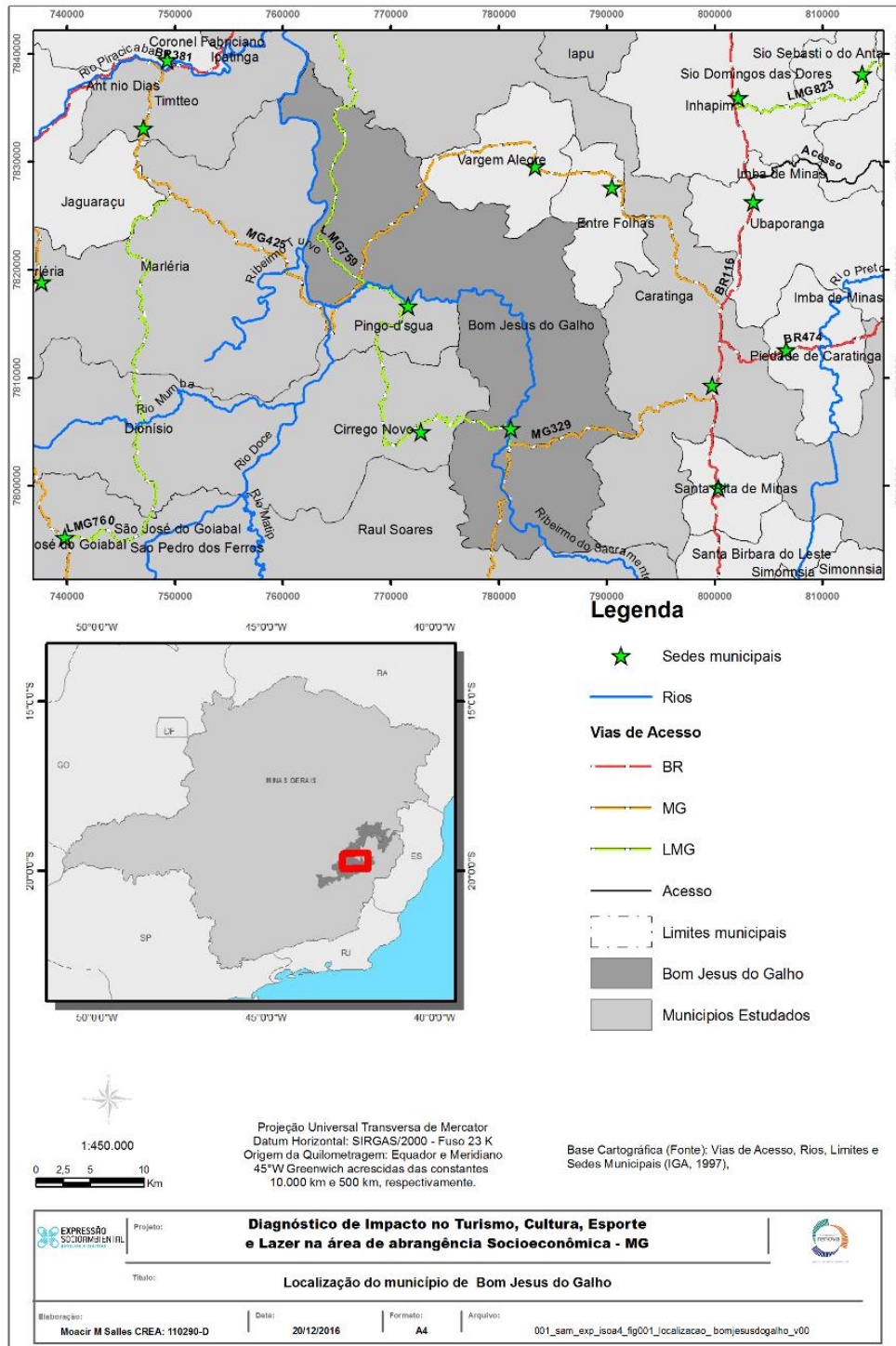


Figura 6 Mapa de localização município de Bom Jesus do Galho

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.1.5 Desenvolvimento Humano: IDH

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) foi estabelecido com o objetivo de mensurar o desenvolvimento de municípios, estados e países a partir de critérios outros que não somente aqueles associados ao desenvolvimento econômico. Parte-se da ideia de que a melhoria das condições de vida deve ser analisada a partir de outros parâmetros que não somente a via econômica e que diferentes esferas da vida humana possuem interconexão direta entre si e influenciam o processo de desenvolvimento local. Nessa medida, o IDH abarca três importantes dimensões, a saber: longevidade, educação e renda. O índice varia de 0 a 1, sendo nenhum desenvolvimento humano e desenvolvimento humano total, respectivamente. Nesta escala, valores de IDH até 0,499 são considerados de desenvolvimento humano muito baixo, entre 0,500 e 0,599 são avaliados como baixo, entre 0,600 a 0,699 como médio, entre 0,700 e 0,799 alto e os com IDH maior que 0,800 são considerados desenvolvimento humano considerado muito alto.

Cabe ressaltar que no ano de 2010, a metodologia do IDH Global foi alterada, afetando, por sua vez, a composição do IDHM. Também foram realizadas mudanças no indicador para contemplar de maneira mais fidedigna o contexto das cidades brasileiras (ATLAS BRASIL, 2016).

Em relação ao IDHM de Bom Jesus do Galho, observa-se uma evolução do indicador no período de 1991 a 2010. Houve aumento de 0,275 do IDHM total, 0,192 do IDHM longevidade, 0,162 no IDHM renda e 0,338 no IDHM educação (ATLAS BRASIL, 2016).

Tabela 4 IDHM e seus componentes - Bom Jesus do Galho e Minas Gerais (1991, 2000 e 2010)

Localidade	IDHM			IDHM Longevidade			IDHM Renda			IDHM Educação		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010	1991	2000	2010
Bom Jesus do Galho	0,348	0,470	0,623	0,608	0,709	0,800	0,453	0,529	0,615	0,153	0,276	0,491
Minas Gerais	0,478	0,624	0,731	0,689	0,759	0,838	0,618	0,68	0,73	0,257	0,47	0,638

Fonte: Atlas Brasil, 2016

O Índice de Desenvolvimento Humano (IDHM) de Bom Jesus do Galho foi de 0,623 em 2010, situando o município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (IDHM entre 0,600 e 0,699).

Observa-se que o aumento do IDHM do município foi impulsionado, ano a ano, por todos os componentes do índice. Cabe salientar, todavia, o salto quantitativo registrado dos indicadores da área de educação, que, de 1991 para 2010, passou de 0,153 para 0,491. O índice referente a longevidade merece destaque, alcançando 0,800 pontos em 2010, estando em patamar muito similar ao índice do estado de Minas Gerais (0,838).

No entanto, observa-se que o IDHM de Bom Jesus do Galho manteve-se constantemente abaixo do registrado em Minas Gerais.

3.1.6 Economia: Principais Atividades Econômicas

3.1.6.1 PIB Municipal e PIB Per Capta

O Produto Interno Bruto é o indicador mais comum para análise da macro estrutura econômica de determinado município, estado ou país, uma vez que representa a soma (em valores monetários) de todos os bens e serviços finais produzidos em um período determinado.

De acordo com os dados referentes a Bom Jesus do Galho, é possível identificar que o PIB do município se comportou de modo ascendente no período de 2011 a 2013. Posteriormente, contudo, observa-se recuperação do valor, que saltou para 3,8%, entre 2011 e 2012, e para 10,5%, entre 2012 e 2013 (PRÁXIS, 2016).

Em termos comparativos, nota-se que o PIB municipal registou taxa de crescimento médio anual de 4,2% no período 2011-2013, sendo esta inferior à do estado de Minas Gerais que registrou, no mesmo período, taxa de 5,4%. Portanto, o PIB de Bom Jesus do Galho cresceu menos que a média de crescimento verificada para os municípios mineiros.

Tabela 5 PIB (1.000,00 R\$) de Bom Jesus do Galho e de Minas Gerais (2010 – 2013)

Local	2011		2012		2013	
	PIB	%	PIB	%	PIB	%
Bom Jesus do Galho	102.626	-1,7	106.565	3,8	117.763	10,5
Minas Gerais	619.103	7	645.795	4,3	672.285	4,1

Fonte: IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

No tocante ao PIB per capita, destaca-se a sua evolução no período, sendo de R\$6.788,00, em 2010, e R\$7.533, em 2013. Constata-se, assim, que o montante é expressivamente inferior ao valor médio dos municípios de Minas Gerais (R\$ 23.646,2135) (PRÁXIS, 2016).

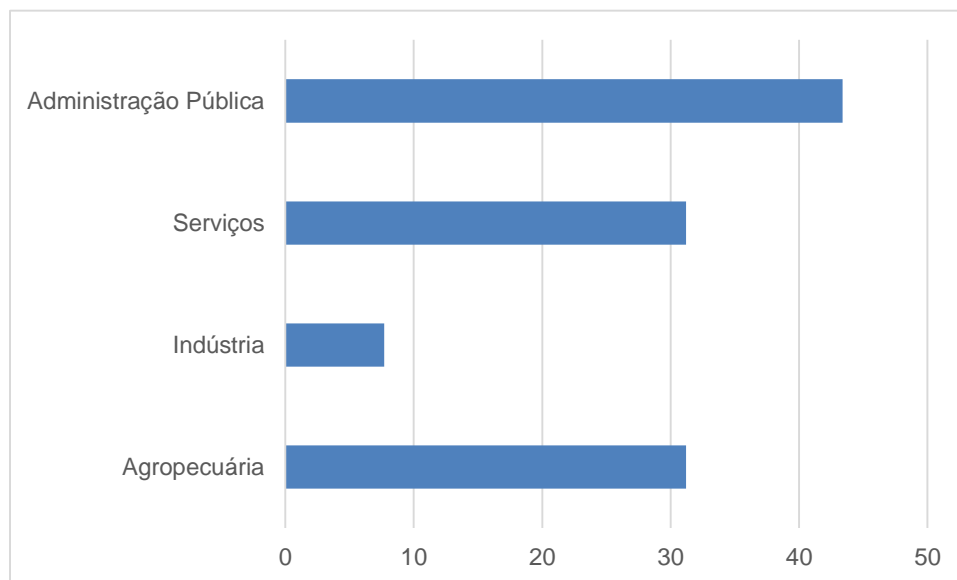
3.1.6.2 Valor Adicionado Bruto

A avaliação do Valor Adicionado Bruto permite a caracterização da base econômica do município de acordo com sua composição nos três setores da economia.

Entre as principais atividades econômicas do município de Bom Jesus do Galho encontram-se a administração pública e o setor de serviços, cujos Valores Adicionados são 43,4% e 31,2%, respectivamente. Em Minas Gerais, esses valores correspondem a 9,9% e 37,9% (PRÁXIS, 2016).

Destacam-se, portanto, os valores registrados para a administração pública, verificando-se que, segundo dados do IBGE, cerca de 40% dos municípios brasileiros possuem suas economias fortemente condicionadas a esse tipo de serviço, o que analogamente sugere a forte dependência da dinâmica econômica local à máquina pública.

Gráfico 1 Valor Adicionado Bruto de Bom Jesus do Galho (R\$)



Fonte: Elaboração própria com base em dados do IBGE, em parceria com os Órgãos Estaduais de Estatística, Secretarias Estaduais de Governo e Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, 2016

Outras atividades que se destacam na economia local são aquelas relacionadas à indústria e à agropecuária, sendo os valores correspondentes 7,7% e 31,2%, respectivamente. No estado, o Valor Adicionado Bruto do setor da indústria é de 46,4%, enquanto o da agropecuária corresponde a 5,8%. Para ambos, portanto, observa-se diferença significativa entre o município e Minas Gerais (PRÁXIS, 2016).

3.1.6.3 Emprego e Estabelecimentos

Em relação ao emprego e à ocupação, no ano de 2000, o município de Bom Jesus do Galho possuía 2.864 habitantes com 10 ou mais anos de idade ocupados, na semana de referência, e 3.106 no ano de 2010, indicando um crescimento pouco significativo. Já em Minas Gerais, eram 7.153.508 pessoas, no ano 2000, e 9.264.527, em 2010, demonstrando um crescimento de 29% (SIDRA IBGE, 2016).

Tabela 6 Número de pessoas ocupadas na semana de referência – Bom Jesus do Galho e Minas Gerais (2000 e 2010)

Localidade	2000	2010
Bom Jesus do Galho	2.864	3.106
Minas Gerais	7.153.508	9.264.527

Fonte: SIDRA IBGE, 2016

Em 2014, a agropecuária era responsável por 124 empregos em 42 estabelecimentos, enquanto a indústria, especificamente de transformação, empregava 14 pessoas em 5 estabelecimentos. A administração pública, por sua vez, empregava 9,4 pessoas em 17 estabelecimentos (DATAVIVA, 2016).

3.1.7 Legislação Urbanística Municipal

Naquilo que se refere à legislação urbanística municipal, identificou-se somente a Legislação de Proteção Ambiental, Lei nº 968/2002.

3.2 Análise Temática

Nesta seção serão procedidas análises acerca de aspectos que encerram os temas de turismo, cultura e esporte e lazer, de modo a compor diagnósticos temáticos relativos ao município de Bom Jesus do Galho. Com efeito, abordam-se aspectos relativos ao desenvolvimento institucional do município segundo cada uma das referidas políticas públicas setoriais, bem como aos espaços, equipamentos, bens e serviços. No âmbito da cultura contemplam-se, ainda, as análises relativas a patrimônio cultural e memória e a manifestações, práticas, grupos e entidades culturais.

Salienta-se que o desenvolvimento institucional é aqui compreendido como a capacidade da administração pública municipal gerir de forma eficiente e eficaz as políticas públicas⁹.

⁹ No inciso XIII do artigo 25 da Lei 8.666 (Lei de Licitações e Contratos) o desenvolvimento institucional é definido, no sentido geral, como a “oportunidade clara e precisa de transformação – mudança de processos, subprocessos, sistemas, subsistemas, comportamentos, arranjos institucionais e gerenciais normativos e não normativos, etc. – que tem a

Considerado o objeto deste estudo, será examinado o desenvolvimento institucional de Bom Jesus do Galho para desempenhar a gestão das políticas de turismo, cultura, esporte e lazer. Para proceder com tal exame serão tomados quatro aspectos, segundo os grandes temas: Estrutura de Gestão; Mecanismos de Participação Social; Políticas de Financiamento e Fomento; Programas, Projetos e Práticas desenvolvidos no município.

Na análise desses aspectos será observado se o município está desenvolvendo ações com vistas à estruturação das políticas de turismo, cultura e esporte e lazer, em perspectiva sistêmica – ou seja, se está envidando esforços no sentido de implementar os sistemas municipais, em alinhamento com as diretrizes dos Planos Nacionais das referidas políticas setoriais.

Já as análises dos espaços, equipamentos, bens e serviços relativos a cada tema se baseiam nos dados obtidos por meio do Inventário Turístico realizado pela Expressão Socioambiental em Bom Jesus do Galho, entre os meses de novembro e dezembro de 2016. Informa-se, de imediato, que o referido Inventário possibilitou identificar 48 bens, serviços e atrativos, com destaque para os atrativos naturais do município, que possui duas lagoas (Lagoa do Revés e Lagoa Bonita), onde ocorre a prática de caça e pesca, além de ser banhado pelo Ribeirão do Boi. Apesar disso, o município apresenta pouca oferta de equipamentos culturais, assim como um número reduzido de serviços relacionados ao turismo, apesar da potencialidade dos atrativos:

Tabela 7 Síntese das informações coletadas no Inventário Turístico de Bom Jesus do Galho

Tipo de manifestação	Total inventariado
Equipamentos de apoio turístico	27
Equipamento de hospedagem	3
Serviço e equipamento de alimentos e bebidas	11
Transporte	2
Locais/templos de manifestação de fé	12
Serviços e equipamentos para eventos	-

organização de evoluir de forma dinâmica com mais rapidez, eficiência e eficácia no cumprimento dos seus objetivos e finalidades”.

Outro serviço e equipamento turístico	-
Equipamentos Culturais	2
Meios de Comunicação	1
Equipamentos Culturais	1
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Equipamentos de Esporte e Lazer	6
Atrativos	5
Atrativo natural	3
Atrativo cultural	2
Diversidade Cultural	8
Grupos Culturais	2
Calendário Cultural	5
Gastronomia	1
Realizações técnicas e científicas	-
Realizações técnicas e científicas contemporâneas	-
Total	48

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A seguir são detalhadas as principais características desses bens, serviços e atrativos existentes no município, apresentados, ainda, na Figura 7 a seguir.



Figura 7 Mapa dos Bens Identificados em Bom Jesus do Galho

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1 Turismo

3.2.1.1 Desenvolvimento Institucional

A Organização Mundial do Turismo – OMT define o turismo como “o conjunto de atividades que as pessoas realizam durante viagens e estadias em lugares distintos de seu entorno habitual, por um período inferior a um ano, com fins de lazer, negócios e outros motivos não relacionados com o exercício de uma atividade remunerada no lugar visitado” (OMT, 2011). Por ser uma atividade que engloba diversos setores da sociedade e que vem crescendo de maneira intensa, cada vez mais tem-se pensado em estabelecer diretrizes e critérios para que o turismo seja trabalhado de forma benéfica e sustentável. Diante disso, em 1999, cria-se o Código Mundial de Ética do Turismo, que tem como premissa o desenvolvimento do turismo com vistas à expansão econômica, paz e prosperidade internacionais e a observância dos direitos do homem e das liberdades fundamentais.

O desenvolvimento e planejamento de um produto turístico abrange aspectos além de um potencial atrativo turístico. Deve-se considerar o ambiente e as relações operacionais, de estrutura e de mercado que se estabelecem. Assim, os principais elementos que compõem um produto turístico são: atrativos turísticos; equipamentos e serviços turísticos; supra estrutura turística; e infraestrutura de apoio ao turismo.

Com o objetivo de organizar o turismo com base na otimização de gestão, planejamento e mercado, o Ministério do Turismo elencou segmentos turísticos que podem ser definidos a partir da identidade da oferta e das características da demanda. Cabe ao planejador identificar quais segmentos e esforços devem ser empreendidos para a criação da oferta de um produto turístico viável (BRASIL, 2007). Desse modo, observa-se a existência de tipos de turismo cuja identidade pode ser conferida pela existência, em um território, de:

- Atividades, práticas e tradições (agropecuária, pesca, esporte, manifestações culturais, manifestações de fé etc);
- Aspectos e características (geográficas, geológicas, históricas, arquitetônicas, urbanísticas, sociais etc.);

- Determinados serviços e infraestrutura (de saúde, de educação, de eventos, de hospedagem, de lazer, etc).

Exposto isso, pode-se afirmar que as características do segmento determinam a imagem e a identidade do destino. Contudo, esse perfil não significa que o produto turístico apresente apenas uma possibilidade, uma vez que dada localidade pode apresentar diversas possibilidades de desenvolvimento turístico. Ademais, novas denominações surgem em virtude da busca de experiências, tecnologias e inovações oriundas dos planejadores das atividades turísticas e dos interesses dos visitantes.

Ao pensar o turismo como um dos segmentos econômicos que mais cresce atualmente e que movimentou, só em 2015, 1.075,04 bilhões de dólares em todo o mundo, pode-se entender que os processos turísticos possuem duas etapas principais: a transformação de recursos em produtos, quando o turista já encontra nele toda a condição necessária; e a transformação dos produtos em ofertas acessíveis ao mercado, divulgando-o de forma adequada. A partir disso, o mercado responde comprando e consolidando o destino como turístico (OMT, 2016).

3.2.1.1.1 Estrutura de Gestão

O Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS, elaborado pela Fundação João Pinheiro, avalia, entre outras variáveis, a “Organização Turística do Município”¹⁰. Esse indicador se refere à participação do governo municipal na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor. Em 2009, quando o critério “Turismo” foi inserido no rol de critérios da Lei nº 18.030/2009, Bom Jesus do Galho não contava com políticas públicas de turismo para a promoção de seu desenvolvimento econômico, social e cultural. À época, apenas 44 municípios no estado possuíam tais políticas (FJP, 2013).

¹⁰ O indicador “Organização Turística do Município” busca aferir a participação da prefeitura na formulação e implementação de políticas, programas e/ou ações no setor de turismo. Pontuação é dada pela participação no programa estadual de regionalização do turismo; existência de uma política municipal de turismo; existência e funcionamento regular do Fundo Municipal de Turismo, sendo atribuído 1 ponto para os municípios que atendem aos três requisitos e 0 para os que estão nas demais situações (FJP, 2013).

Dentro da estrutura administrativa de Bom Jesus do Galho, tem-se o Departamento Municipal de Turismo e Cultura, responsável por formular políticas e ações de fomento ao turismo. Todavia, à época dos levantamentos de dados em campo, o cargo de gestão do referido departamento estava vago. De acordo com o Secretário Municipal de Meio Ambiente, o responsável pela pasta afastou-se do exercício para concorrer às eleições e, até o período da entrevista institucional, não havia sido substituído.

A política pública de turismo de Bom Jesus do Galho está contemplada na Lei n^o 1.197/2014. Os Artigos 4^o e 14^o da referida Lei versam sobre a criação de duas importantes ferramentas para planejamento e desenvolvimento da atividade turística municipal: o Conselho Municipal de Turismo e o Plano Municipal de Turismo, respectivamente. Entretanto, o gestor municipal informou que o Conselho está inativo e o Plano Municipal de Turismo ainda não foi elaborado.

O arcabouço legal municipal no campo do turismo possui uma única legislação, a Lei n^o 197 de 2014, que dispõe sobre a Política Municipal de Turismo. Além de constar os objetivos desta política, esta Lei dispõe sobre o órgão oficial de turismo (Departamento de Turismo e Cultura), seus objetivos e atribuições, bem como a criação do Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e do Fundo Municipal de Turismo (FUMTUR), prevendo também as diretrizes do Plano Municipal de Turismo (PMT). No entanto, o COMTUR e o FUMTUR encontram-se inativos, e o PMT ainda não foi elaborado, demonstrando, assim, a fragilidade deste instrumento como fomentador de ações de planejamento e desenvolvimento do setor. Segundo a SETUR/MG (2014), o PMT é “o instrumento de planejamento, elaborado em conjunto com COMTUR que será o elo entre a política estabelecida e a ação de fato”. De modo geral, possui horizonte de planejamento de quatro anos, que é reelaborado a partir de mudanças no cenário do município, a fim de garantir as estratégias de atuação para a implementação da Política Municipal de Turismo.

Ainda segundo a SETUR/MG (2014), o PMT possibilita ao município, dentre outras:

- Promover a integração e a participação da comunidade no planejamento turístico;
- Estruturar e ordenar o turismo local e regional;
- Fomentar a produção turística, a fim de conceber uma oferta qualificada;
- Qualificar e capacitar os produtos turísticos do município e da região;

- Promover o município como destino qualificado.

3.2.1.1.2 Mecanismos de Participação

Conforme estabelece a Lei nº 1.197/2014, Bom Jesus do Galho dispõe de Conselho Municipal de Turismo – COMTUR como órgão de participação e controle social dessa política setorial. O referido Conselho é consultivo, deliberativo e composto majoritariamente por representação governamental. Salienta-se, contudo, que, de acordo com o Secretário Municipal de Meio Ambiente, o Conselho Municipal de Turismo encontra-se inativo e, ainda, que a última reunião aconteceu entre julho e setembro do ano vigente.

Segundo a SETUR/MG (2014), o Conselho Municipal de Turismo deve ser “capaz de promover a descentralização administrativa, constituindo um espaço de vivência e de construção contínua da democracia, essencial para uma gestão participativa. Neste sentido, os conselhos permitem que a comunidade contribua, participe e fiscalize as ações do governo de forma legítima”.

3.2.1.1.3 Financiamento e Fomento

Os gastos orçamentários de Bom Jesus do Galho na Subfunção Turismo, conforme indicado nas prestações de contas anuais, representaram 0% do total do orçamento municipal em 2013, mesmo percentual registrado em 2009 (FJP, 2013).

O município possui Fundo Municipal de Turismo – FUMTUR, criado em 2014 no bojo da mesma lei na qual foi criado o COMTUR (Lei nº 1.197). A receita do Fundo Municipal de Turismo é proveniente de dotação orçamentária própria, contribuição, transferências, subvenções e doações de terceiros. Todavia, nenhum projeto foi aprovado até o ano de 2016. Isso demonstra que, mesmo dispondo de um mecanismo de financiamento e fomento das ações de turismo no município, este ainda não foi acionado para a efetivação da sua função, qual seja: abrigar e destinar recursos “para a execução das ações propostas no Plano Municipal de Turismo” (SETUR/MG, 2014).

Bom Jesus do Galho ainda não possui legislação municipal específica de incentivo ao turismo, o que poderia visar o desenvolvimento de sua atividade turística.

3.2.1.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Bom Jesus do Galho não participa do Programa Nacional de Regionalização do Turismo e, conseqüentemente, não integra a política estadual dos Circuitos Turísticos (CTs), principal instrumento de gestão estadual dessa política setorial.

Por conseguinte, o município também não compartilha do ICMS Turístico, política estadual de turismo que visa investir e organizar os municípios mineiros por meio de um repasse mensal, além de estimular a formatação/implantação de programas e projetos municipais com vistas ao desenvolvimento turístico sustentável.

3.2.1.1.4.1 Espaços/Equipamentos de Apoio Turístico

Cabe ressaltar que, não tendo o município de Bom Jesus do Galho sido objeto do Inventário de Oferta Turística – INVTUR, fez-se necessário adquirir informações a partir do levantamento de campo realizado em 2016 pela Expressão Socioambiental.

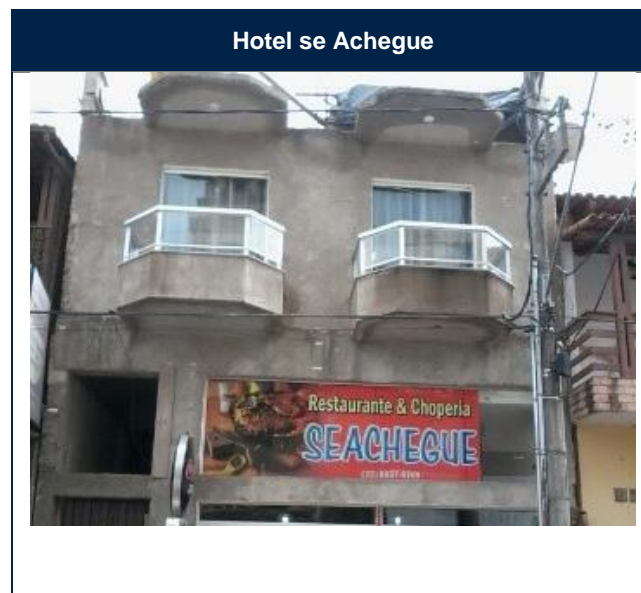
Bom Jesus do Galho possui limitada infraestrutura de atendimento ao turismo, não contando com nenhum serviço de agenciamento turístico ou espaços voltados para a realização de eventos.

3.2.1.1.4.2 Meios de Hospedagem

Os meios de hospedagem são caracterizados nos manuais do INVTUR como “serviços remunerados prestados por estabelecimentos que oferecem alojamento e serviços necessários ao conforto do hóspede, como recepção, guarda de bagagem, conservação, manutenção, arrumação e limpeza das áreas, instalações e equipamentos, etc.”. Com base em tal definição, foram inventariadas 3 pousadas em Bom Jesus do Galho. Somada a infraestrutura desses três meios de hospedagem, o município conta com 16 unidades habitacionais e um total de 45 leitos. Os meios de hospedagem inventariados são os que se seguem:

- Hotel Lopes;
- Hotel e Restaurante Salica;
- Hotel se achegue.

Tabela 8 Meios de hospedagem



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.1.5 Alimentos e Bebidas

O levantamento de dados em campo possibilitou inventariar 11 empreendimentos de refeições, lanches e/ou bebidas que prestam serviços remunerados em Bom Jesus do Galho. São eles:



- Bar da Estação;
- Padaria Xavier;
- Sorveteria e Lanchonete Predileta;
- Panificadora Victoria;
- Restaurante e Choperia Se achegue;
- Panificadora e Lanchonete Bom Jesus;
- Restaurante e Lanchonete Mascote;
- Bar do Carlim;
- Daniel Pizzaria;
- Restaurante Bom Jesus;
- Restaurante Salica.

Tabela 9 Equipamentos de refeição





Sorveteria e Lanchonete Predileta



Panificadora Vitória



Restaurante e Choperia se Achegue



Panificadora e Lanchonete Bom Jesus





Restaurante e Lanchonete Mascote



Bar do Carlim



Daniel Pizzaria



Restaurante Bom Jesus





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.1.1.6 Serviços de Transporte

No que diz respeito aos serviços e empresas de transporte de Bom Jesus do Galho, foram identificados dois prestadores de serviço no município: um taxista e uma empresa de ônibus. A empresa Pássaro Verde presta serviço de transporte para Belo Horizonte, Rio Casca e João Monlevade.

Tabela 10 Serviços de transporte



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



3.2.1.1.7 Locais e Templos de Fé/Edificações

Foram inventariados 11 locais e templos de manifestações de fé/edificações em Bom Jesus do Galho, a saber:

- Capela da Estação;
- Igreja Batista Vida Plena;
- Salão do Reino das Testemunhas de Jeová;
- Assembleia de Deus;
- Igreja Mundial do Poder de Deus;
- Igreja Batista;
- Igreja Maranata;
- Deus é Amor;
- Igreja Novo Templo;
- Igreja Universal Jesus Cristo é o Senhor;
- Paróquia Senhor Bom Jesus.

Tabela 11 Templos e manifestações fé/edificações





Igreja Batista Vida Plena



Salão do Reino das Testemunhas de Jeová



Assembleia de Deus



Igreja Mundial do Poder de Deus





Igreja Batista



Igreja Maranata



Igreja Deus é Amor



Igreja Novo Templo





Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Cabe ressaltar que, no âmbito do Inventário Turístico, esses locais interessam tanto sob o ponto de vista das suas edificações, as quais podem ser consideradas como atrativos turísticos e bens patrimoniais, quanto em função das manifestações de fé que abrigam.

Do ponto de vista do diagnóstico cultural, sendo ou não considerados bens patrimoniais, sendo ou não protegidos pelo município, pelo estado ou pela União, esses templos são importantes lugares de práticas culturais, pelo viés da diversidade religiosa em Bom Jesus do Galho. Também abrigam importantes elementos históricos e artísticos, de caráter ritualístico religioso, de forte simbologia para a comunidade de fiéis, a exemplo de imaginária, telas, indumentárias, decorações, mobiliário e objetos de culto.

3.2.1.1.8 Atrativos Naturais

Por meio da pesquisa de campo em Bom Jesus do Galho foi possível identificar três atrativos naturais, que podem ser utilizados para fins turísticos, de esporte e lazer. São eles:

- Lagoa do Revés;
- Lagoa Bonita;
- Ribeirão do Boi.

Tabela 12 Atrativos naturais



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

De acordo com o gestor público entrevistado, estes são os principais atrativos naturais utilizados pela população para a atividade de pesca esportiva amadora e/ou banho no município.



A bacia hidrográfica do Ribeirão do Boi abrange quatro municípios mineiros: Bom Jesus do Galho, Caratinga, Entre Folhas e Vargem Alegre. Ademais, é limítrofe ao Parque Estadual do Rio Doce.

A Lagoa do Revés, localizada no distrito de Revés do Belém, possui mais de 7.000 m² e recebe moradores da região e visitantes para banho, entretenimento e pesca esportiva amadora em determinadas épocas do ano. O acesso à lagoa é pavimentado. Contudo, a esta encontra-se desprovida de qualquer estrutura de lazer, a exemplo de sanitários públicos. Em seu entorno, encontra-se um condomínio de chácaras.

Buscou-se informações através de dados primários e secundários sobre a lagoa Bonita. No entanto, não se obteve resultado.

3.2.2 Cultura

3.2.2.1 Desenvolvimento Institucional

A política cultural no Brasil, com seu atual formato de institucionalização, teve suas bases lançadas em meados da década de 1980, com a criação do Ministério da Cultura e da Lei Sarney, no primeiro momento, e da Lei Rouanet, já nos anos 1990. Após cerca de 20 anos, iniciou-se, em 2003, a reestruturação do papel do Estado e da política cultural no país, que, capitaneada pelo Ministério da Cultura, culminou na implantação do Sistema Nacional de Cultura - SNC.

O Sistema Nacional de Cultura constitui-se em um processo no qual se articulam vários agentes, em inúmeras instâncias da federação, bem como diversas políticas e programas. O objetivo final é a formulação e a implantação de políticas públicas de cultura de longo prazo, discutidas e pactuadas com a sociedade civil, artistas, grupos culturais e movimentos como um todo.

O principal objetivo do SNC é fortalecer institucionalmente as políticas culturais da União, Estados e Municípios, com a participação da sociedade, considerando que, ainda hoje, as políticas para a cultura continuam ocupando posição periférica na agenda da maioria dos governos, além de serem conduzidas de forma pouco profissional. Parte desse problema está na indefinição a respeito do papel do poder público (Estado) na vida cultural.

Dessa forma, o SNC propõe articular os governos federal, estaduais e municipais e a sociedade civil organizada, através de conselhos, conferências e fóruns, para a promoção de políticas e ações culturais integradas. Para se efetivar, a nova proposta pressupõe e depende de uma articulação entre as diversas esferas de governo na implantação da política pública.

Aos municípios compete: criar condições de natureza legal, administrativa, participativa e orçamentária para sua integração ao SNC; assinar o termo de cooperação para adesão ao SNC; consolidar o Plano Municipal de Cultura; criar e implantar, ou manter e assegurar, o funcionamento do conselho municipal de política cultural; criar e implantar, ou manter e assegurar, o Fundo Municipal de Cultura; realizar a conferência municipal de cultura previamente à conferência estadual e nacional; apoiar a realização das conferências

nacional e estadual de Cultura; compartilhar recursos para a execução de ações, programas e projetos culturais no âmbito do SNC; compartilhar informações junto ao Sistema Nacional de Informações Culturais disponibilizado pela União; implantar e regulamentar as normas específicas locais dos sistemas setoriais de cultura; cumprir as metas e prazos definidos no planejamento estratégico do SNC.

Enfrentando um processo lento e de longo prazo, além de dificuldades de ordem legal (aprovação de leis e emendas no Congresso Nacional) e política para a sua instauração, até o momento o SNC não atingiu a maioria dos municípios brasileiros. Entretanto, o Sistema tem mostrado ampliação de sua capilaridade em todo o país.

A figura abaixo traz o desenho do Sistema, com seus elementos componentes.



Figura 8 Elementos constitutivos dos Sistemas de Cultura

Fonte: MINC / SNC - Caderno de orientação aos municípios.

É nesse contexto que se apresentam, a seguir, informações sobre a política cultural no município de Bom Jesus do Galho, buscando-se avaliar os seguintes elementos: estrutura de gestão; legislação e fontes de financiamento; mecanismos de controle e participação social; espaços e equipamentos; diversidade cultural; calendário de eventos; e política de preservação do patrimônio cultural.

3.2.2.1.1 Estrutura de Gestão

A gestão da política cultural em Bom Jesus do Galho é realizada pelo Departamento Municipal de Cultura e Turismo. Todavia, embora o gestor municipal entrevistado considere que “a cultura é a base de tudo” e tenha destacado a importância de se garantir o acesso a ela, afirma que a falta de projetos e de investimentos privados, decorrente da atual crise financeira, tornam a cultura uma política não prioritária no município.

A gestão informa, ainda, que Bom Jesus do Galho aderiu ao Sistema Nacional de Cultura, porém essa informação não consta do cadastro do Ministério da Cultura de adesão ao Sistema Nacional de Cultura – SNC. Também foi informado que o município instituiu lei municipal referente à criação do Sistema Municipal de Cultura, a Lei nº 1.198/2014, não estando esta, porém, regulamentada até o ano de 2016. A instituição do Sistema Municipal de Cultura é uma iniciativa fundamental para a estruturação sistêmica dos organismos de gestão da cultura local, estabelecendo suas respectivas funções. Todavia, a configuração e funcionamento plenos do Sistema depende da criação de todos os órgãos previstos na Lei, a qual deve conter, no mínimo, o preconizado pelo Ministério da Cultura: órgão executivo, instância de controle social, fundo, conferência e plano municipal de cultura.

Outro importante elemento dos Sistemas de Cultura é o Plano Municipal de Cultura, uma vez que estabelece um plano de ação e gestão da política cultural, contemplando diretrizes, objetivos, metas, ações e procedimentos de monitoramento e avaliação dos resultados alcançados. Bom Jesus do Galho também não possui tal instrumento de gestão cultural, o que sugere que a referida política setorial não adquiriu ainda o caráter de política de estado.

3.2.2.1.2 Mecanismos de Participação

Bom Jesus do Galho possui duas instâncias de participação social no âmbito da política de cultura: o Conselho Municipal de Cultura e o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio. Ambos os conselhos foram instituídos no ano de 2003, sendo paritários e de caráter consultivo, deliberativo, normativo e fiscalizador.

Além dessas instâncias, Bom Jesus do Galho possui o “Fale Conosco”, que se constitui em um canal de comunicação e manifestação dos cidadãos acerca das políticas públicas locais. No entanto, o município não vem promovendo o diálogo com a sociedade local acerca das

necessidades, desafios e oportunidades para o desenvolvimento da cultura local por meio de conferência setorial. Não há registro de realização de Conferência Municipal de Cultura e tampouco de participação de representantes de Bom Jesus do Galho em edições das Conferências Estadual e Nacional.

3.2.2.1.3 Financiamento e Fomento

Segundo o gestor público entrevistado, Bom Jesus do Galho possui dotação orçamentária específica para a execução da política cultural, a qual se compõe de recursos próprios, advindos do orçamento municipal. No entanto, o entrevistado não soube informar o percentual dos recursos destinados à execução da política cultural em relação ao orçamento geral do município, tendo apontado que entre as principais dificuldades para o desenvolvimento da cultura local se encontram a falta de projetos e de investimento privado. A tabela abaixo 1 traz os valores do orçamento municipal destinados à cultura, relativos aos anos de 2014 e 2015, que podem ser consultados no Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente¹¹.

Tabela 13 Orçamento municipal – despesas realizadas segundo a função Cultura – Bom Jesus do Galho (2014-2015)

Item / Função	2014	2015
Despesa total Prefeitura (valor atualizado)	33.814.607,00	35.127.993,50
Despesa total Prefeitura (valor executado e liquidado)	19.814.821,56	21.012.193,38
Despesa total com a função Cultura (valor executado e liquidado)	441.014,72	379.681,99
Estímulo à prática de atividades culturais (valor executado e liquidado)	30.652,42	36.123,67
Promoção de festas e eventos culturais	410.362,30	208.752,94
Construção, ampliação e reforma de área de eventos	-	134.805,38

Fonte: Portal Fiscalizando com o TCE Minas Transparente, 2016

11 Portal do Tribunal de Contas do Estado de Minas Gerais, programa Fiscalizando com o TCE Minas Transparente. "Os Municípios encaminham as informações municipais sobre a execução de seus orçamentos e têm até o último dia útil de março do ano subsequente para o envio da prestação de contas anual. Após essa data o TCEMG tem 360 dias para emitir o parecer prévio".

OBS: apenas valores liquidados; os empenhados não foram aqui considerados.

De acordo com tal fonte, constam R\$ 441 mil gastos na Função Cultura em 2014, o que correspondia a 2,2% do orçamento municipal anual executado. Deste total 93% foi destinado à promoção de festas e eventos culturais e os 7% restantes foram gastos com estímulo à prática de atividades culturais/pagamento dos funcionários do departamento.

Já no orçamento de 2015 o valor da Função Cultura foi reduzido para pouco menos de R\$ 380 mil, o que correspondeu a 1,8% do orçamento municipal realizado. Em paralelo a tal redução, houve mudança na distribuição dos recursos, ficando a promoção de festas e eventos culturais com 55% dos gastos liquidados; o estímulo à prática de atividades culturais/pagamento dos funcionários do departamento com 9,5%; e os 35,5% restantes destinados à construção de uma pista de dança na área de eventos.

Realça-se que não há no orçamento municipal recursos destinados para ações ligadas ao patrimônio histórico e cultural ou a fundos de patrimônio e/ou cultura.

Outro indicador importante é o Esforço Orçamentário em Cultura e Patrimônio, avaliado pela Fundação João Pinheiro no Índice Mineiro de Responsabilidade Social. Ele expressa a participação percentual dos gastos em difusão cultural e em preservação do patrimônio cultural no total de gastos orçamentários municipais declarados nas prestações de contas anuais e reflete a prioridade conferida a este setor no conjunto das políticas públicas implementadas em âmbito local.

As informações de Bom Jesus do Galho estão expressas na tabela abaixo. De acordo com tal fonte, vê-se que o município mostrou elevação no período de 2007 a 2013 quanto a seu esforço orçamentário e aos gastos per capita em difusão cultural, ao passo que não houve qualquer esforço ou gasto per capita em preservação do patrimônio cultural.

Tabela 14 Índice Mineiro de Responsabilidade Social, indicadores selecionados da dimensão Cultura – Bom Jesus do Galho (2007-2013)

Ano	Gasto per capita com atividades de preservação do patrimônio cultural	Gasto per capita com difusão cultural	Esforço Orçamentário em atividades de preservação do patrimônio cultural	Esforço Orçamentário em difusão cultural
	R\$ correntes	R\$ correntes	%	%
2007	0	18	0	2
2011	0	35,65	0	3
2013	0	39,6	0	3

Fonte: FJP, 2013

Os dados levantados evidenciam a existência de Fundo Municipal de Patrimônio Cultural – FUMPAC, criado pela Lei nº 1.091/2009 e atualizado pela Lei nº 1.176/2013, que dá nova redação a alguns dispositivos da Lei nº 1.091/2009, e gerido pelos Conselhos Municipais de Cultura e de Patrimônio Cultural. As fontes de recursos previstas são: dotação orçamentária própria; ICMS Cultural; contribuição, transferências, subvenções, doações; convênios e rendimentos. Todavia, o Fundo não aprovou projetos para execução.

O gestor municipal entrevistado afirma que Bom Jesus do Galho oferece apoio para divulgação e procura dar oportunidades aos artistas locais. Infere-se, porém, com base no conjunto de informações ora analisadas, que esse apoio não se consubstancia de forma sistemática e baseada em critérios publicamente definidos.

Por fim, destaca-se que o município não possui Lei de Incentivo à Cultura, instrumento que, conforme demonstram as experiências em curso no estado de Minas Gerais e no país, estimula artistas e grupos artístico-culturais a desenvolverem, em termos de elaboração e gestão de projetos, sua capacidade criativa e empreendedora.

3.2.2.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Bom Jesus do Galho não participa de programas estaduais, federais ou internacionais, públicos ou privados, relacionados à política cultural. O município também não aderiu à política de ICMS Patrimônio Cultural do estado de Minas Gerais.

3.2.2.2 Espaços e Equipamentos Culturais

A infraestrutura cultural implantada nos municípios consiste em equipamentos e demais espaços públicos favoráveis à produção, difusão e fruição da cultura. Desse modo, os espaços e equipamentos culturais identificados em pesquisa de campo realizada pela Expressão Socioambiental, em 2016, abrigam os principais eventos e manifestações da cultura local.

Porém, Bom Jesus do Galho não dispõe de espaços culturais, tais como teatro, dança, sala de espetáculo ou cinema, necessários para abrigar produções artísticas. As manifestações culturais locais são, em sua maioria, de cunho popular e se desenvolvem em praças, logradouros públicos e quadras poliesportivas. Com exceção das igrejas, o município também não dispõe de espaços culturais destinados à preservação da memória e do patrimônio móvel local, tais como arquivo público e museu.

Face à carência de espaços destinados a usos específicos, os eventos culturais costumam ser realizados em espaços de recreação, esporte e lazer, a exemplo de clubes, associações recreativas e ginásios poliesportivos.

Cabe ressaltar que, não tendo o município de Bom Jesus do Galho sido objeto do Inventário de Oferta Turística – INVTUR, fez-se necessário adquirir informações de base para o início de uma inventariação cultural e turística.

3.2.2.2.1 Arquivo Público/Documentação/Biblioteca

Bom Jesus do Galho dispõe de uma biblioteca pública, a Biblioteca Pública Padre Assis Barbosa, que se encontra em bom estado de conservação, com acervo de 4 a 5 mil livros e 826 leitores registrados (SEC, 2016).

3.2.2.2.2 Atrativos Culturais

Em Bom Jesus do Galho, dois importantes atrativos culturais foram inventariados, organizados e definidos a partir de elementos de caráter material e imaterial, de grande simbologia e orgulho para a comunidade local, que atraem fluxos turísticos. Ambos encontram-se em bom estado de conservação, porém ainda não atendem às normas federais de acessibilidade física aos portadores de deficiência motora.

Um deles é o edifício da antiga Estação Ferroviária, inaugurada em 1930 e desativada. Após reforma, hoje sedia a Associação dos Pais e Amigos dos Excepcionais – APAE da cidade. Os gestores entrevistados informaram que é comum os moradores antigos visitarem o edifício e, em meio à fruição, lembrarem as histórias do trem.

O segundo é o Cristo da Paz, uma das cinco maiores esculturas representativas de Jesus Cristo no Brasil, de aproximadamente 25 metros de altura. Datado de 1990, foi construído por iniciativa da comunidade católica de Bom Jesus do Galho e é mantido pela Igreja. Sua contemplação a partir do centro da cidade, entretanto, é disputada pela visão de torres de transmissão.

Tabela 15 Atrativos culturais



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.2.2.3 Manifestações, Práticas, Grupos, Coletivos e Entidades Culturais

Em Bom Jesus do Galho, a principal instituição atuante no setor cultural é representada pelo Centro de Referência à Assistência Social.

De acordo com a Pesquisa de Informações Básicas Municipais – MUNIC (IBGE, 2014), as principais expressões culturais do município são a atividade teatral e as manifestações tradicionais populares, a exemplo do artesanato de objetos reciclados e bordados que dão origem à confecção de bonecas. Os festejos do período de carnaval são organizados com

desfiles de blocos carnavalescos, shows com bandas regionais e outras apresentações artísticas.

Outra importante manifestação cultural local, a Festa do Bonjesuense Ausente, conta com espetáculos, festas e atividades culturais, artísticas e esportivas, constituindo-se em uma confraternização anual entre os moradores atuais e a população natural de Bom Jesus do Galho que não reside na cidade.

Durante as celebrações da Semana Santa há missas, novena, procissões e encenações públicas em homenagem à vida, paixão e ressurreição de Cristo. A maioria das manifestações de fé ocorrem na praça Padre Dionísio Homem de Faria em frente à Igreja Matriz, importante local de encontro e socialização.

Não foi identificada nenhuma festa gastronômica. O item típico da culinária local é a broa de rapadura, amplamente conhecida na região e confeccionada informalmente por donas de casa. A referida iguaria é consumida por moradores, em geral em restaurantes e outros pontos de comércio.

As artes plásticas são representadas pela escultura em madeira e argila, bem como pela pintura de telas, com utilização de pigmentos e colagem de palha de milho. Essas obras são comercializadas também em outros estados do Brasil e no exterior.

Das artes cênicas, são mencionados os grupos de ballet e de dança da chamada “melhor idade”.

Além dos eventos festivos, profanos e religiosos, listados no item Calendário Cultural descrito a seguir, também destaca-se a prática coletiva de passeios a cachoeiras e lagoas próximas, como tratado anteriormente. Outros atrativos naturais também são frequentados, a exemplo daqueles ligados ao complexo do Parque Estadual do Rio Doce – PERD.

3.2.2.4 Calendário Cultural

No calendário cultural de Bom Jesus do Galho se destaca o Jubileu, importante evento religioso secular, que reúne, desde 1910, aproximadamente 20 mil fiéis locais e romeiros.

- Fevereiro: Carnaval;
- Março e Abril: Semana Santa;



- Julho: Festa do Bonjesuense Ausente;
- Setembro: Jubileu do Senhor Bom Jesus e Ascensão de Nossa Senhora;
- Dezembro: Aniversário da cidade.

3.2.2.5 Patrimônio Cultural e Memória

A política de preservação do patrimônio histórico e artístico de Bom Jesus do Galho é regida pela Lei nº 1.090/2009. O município conta com o Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio e com o Fundo Municipal de Patrimônio Cultural em alinhamento com as condicionantes da política do ICMS Patrimônio Cultural¹² do estado de Minas Gerais.

Entretanto, nos últimos anos, Bom Jesus do Galho não vinha participando da política estadual de preservação do patrimônio cultural incentivada pelo Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico – IEPHA. O município obteve a pontuação 3,40 para o exercício 2017, relativa a ações de educação patrimonial e à salvaguarda de bem tombado em esfera federal. Tal pontuação, ainda que pequena, vai significar o aporte de novos recursos para a política de patrimônio cultural no ano que se inicia e pode ser tomada como oportunidade para dar início a uma efetiva política de participação de Bom Jesus do Galho no ICMS cultural. A relação de bens tombados pela legislação municipal de Bom Jesus do Galho é a seguinte:

- Cruzeiro da Igreja do Galho de Cima;
- Imagem do Cristo da Paz e Querubins;
- Imagens / esculturas do Santuário do Senhor Bom Jesus;
- Imagens sacras do Distrito de Quartel do Sacramento;
- Sino da igreja do Distrito de Quartel do Sacramento.

12 O ICMS Patrimônio Cultural foi criado pela Lei nº 12.040/95, atual Lei nº 13.803, que atribuiu ao IEPHA/MG a responsabilidade pela elaboração e implementação dos critérios para o repasse dos recursos aos municípios. Como base para a pontuação o município deve enviar ao IEPHA documentação anual comprovando a existência e o funcionamento de lei municipal de proteção do patrimônio cultural, lei de criação de conselho municipal de patrimônio (regimento interno e atas), órgão de patrimônio, realização de projeto de educação patrimonial, inventário de proteção do acervo cultural, iniciativas de tombamento e de proteção a bens culturais.

3.2.2.5.1 Educação Patrimonial

Não foram identificadas ou mencionadas ações de educação patrimonial em Bom Jesus do Galho durante as pesquisas de campo e de fontes secundárias.

3.2.3 Esporte e Lazer

3.2.3.1 Desenvolvimento Institucional

No Brasil, o esporte passou a ser foco da administração pública na década de 1940, tendo como impulsionador o conjunto de manuais instituídos pelo exército. Já em 1941, por meio do Decreto Lei nº 199, a organização do esporte profissional foi atribuída ao Conselho Nacional do Desporto – CND, passando, somente em 2003, para a tutela do Ministério do Esporte (NOLASCO et al, 2005).

No ano de 2015, o Senado Federal abrigou comissão de juristas com o objetivo de elaborar legislação geral para o desporto no país, de modo a sistematizar e atualizar normas já existentes. Ainda em 2015, constituiu-se a Subcomissão Especial do Plano Nacional do Desporto para a regulamentação das políticas nacionais do setor.

O Ministério do Esporte é responsável pela formulação da Política Nacional de Esporte, direcionando atividades, programas e ações nas três esferas: municípios, estados e União. Além de desenvolver o esporte de alto rendimento, o Ministério trabalha ações de inclusão social por meio do esporte, garantindo à população brasileira o acesso gratuito à prática esportiva, qualidade de vida e desenvolvimento humano (BRASIL, 2016). Assim, para a construção da Política Nacional do Esporte foi utilizado, como principal ferramenta, o Plano de Desenvolvimento do Esporte, de 1999.

Já a Secretaria de Estado de Esportes é órgão estadual pertencente ao governo de Minas Gerais. Sua missão é “propor e coordenar políticas públicas efetivas voltadas à promoção do esporte e da atividade física, promovendo integração social e qualidade de vida” (MINAS GERAIS, 2016). Os programas desenvolvidos pelo órgão visam a estimular o esporte mineiro e a prática de atividades físicas e de lazer, de modo a contribuir para a qualidade de vida da população, o desenvolvimento de hábitos saudáveis e o fortalecimento da imagem de Minas no cenário esportivo (MINAS GERAIS, 2016).

No nível municipal, por sua vez, observa-se que o setor deve ser orientado com base nas seguintes prioridades: elaborar Política Municipal de Esporte e Plano Municipal de Esporte; desenvolver atividades esportivas no âmbito da educação municipal, tendo como base a concepção da formação cidadã e eventual inserção profissional em práticas esportivas; dotação orçamentária específica; promoção de eventos e projetos esportivos; elaboração de legislação voltada para políticas públicas ligadas às práticas esportivas, seus espaços e equipamentos; e refletir na política pública a inclusividade no esporte (TUBINO, 2001). Ademais, um modelo participativo de gestão municipal demanda, ao menos, a existência de órgão executivo, mecanismos de participação e de controle social, bem como fundo setorial. É nesse contexto que se apresenta, a seguir, informações sobre a política esportiva e de lazer desenvolvida no município de Bom Jesus do Galho, considerando os seguintes elementos: estrutura de gestão; mecanismo de participação social; financiamento e fomento; programas, projetos e práticas; espaços/equipamentos esporte e lazer.

3.2.3.1.1 Estrutura de Gestão

De acordo com o organograma da prefeitura de Bom Jesus do Galho, a gestão da política de esporte e lazer é realizada pelo Departamento Municipal de Esportes. No entanto, durante o levantamento de campo, observou-se que não se encontra em funcionamento qualquer órgão responsável por essas políticas.

De acordo com o Secretário Municipal de Meio Ambiente, porém, o município dispõe de sistema de informações e indicadores para planejar, monitorar e avaliar a gestão da política de esporte e lazer, embora este não tenha sido desenvolvido especificamente para esse fim. A Política Nacional do Esporte assinala para a importância de se “criar uma legislação que favoreça o desenvolvimento esportivo do município com a adesão, inclusive, da iniciativa privada”. Todavia, Bom Jesus do Galho não desenvolveu Plano Municipal de Esporte e Lazer.

3.2.3.1.2 Mecanismos de Participação

Bom Jesus do Galho possui instância de participação social no âmbito da política de esporte – o Conselho Municipal de Esporte, instituído em 2010 sob a Lei nº 1.128/2010. O Conselho

é de caráter consultivo e majoritariamente composto por representantes governamentais, encontrando-se, porém, inativo.

3.2.3.1.3 Financiamento e Fomento

Segundo o gestor municipal, Bom Jesus do Galho não conta com Fundo Municipal de Esporte. O entrevistado, ainda, não soube informar se há dotação orçamentária específica para a execução da política de esporte e lazer no município.

Todavia, os gastos orçamentários de Bom Jesus do Galho em 2013, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer representaram 0,4% do total do orçamento municipal, conforme indicado nas prestações de contas anuais. Em 2009, esse percentual era de 0,3%, representando aumento de 25% no período de 2009 a 2013, conforme expresso pelo indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer”¹³ do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS.

O município não participou do ICMS Esportivo, como consta no Relatório dos Indicadores Definitivos do ICMS Solidário – Critério Esportivo (Art. 8º, §3º, Inciso I da Lei nº 18.030/2009), ano base 2015. O ICMS Esportivo é um programa do governo de Minas Gerais, que tem como objetivo fomentar a realização de programas/projetos esportivos, a organização da política esportiva dos municípios e a participação popular, por meio dos Conselhos Municipais de Esporte. Assim, para participar do programa, a cada ano, os municípios devem comprovar a atividade regular do seu Conselho e a realização de programas/projetos no ano base, ano civil imediatamente anterior ao de cálculo da pontuação (MINAS GERAIS, 2016).

3.2.3.1.4 Programas, Projetos e Práticas

Em 2013, Bom Jesus do Galho estava entre os 474 municípios mineiros que não implementaram ações voltadas para o desenvolvimento do esporte e lazer, segundo estudo

13 O indicador “Esforço Orçamentário em Esporte e Lazer” mostra a participação percentual dos gastos orçamentários dos municípios, apresentados em sua prestação de contas anuais, nas subfunções Desporto de Rendimento, Desporto Comunitário e Lazer nos gastos totais. Maior disponibilidade de recursos para ser investido em ações, programas e projetos, refletindo maior compreensão do governo municipal sobre a importância da política pública voltada para a promoção do setor, indica maior possibilidade de ampliar o desenvolvimento de práticas desportivas formais e não formais no âmbito do município (FJP, 2013).

realizado pela Fundação João Pinheiro, por meio do indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte”¹⁴, do Índice Mineiro de Responsabilidade Social – IMRS.

De acordo com levantamento realizado junto à Secretaria de Estado de Esportes, Bom Jesus do Galho participa dos Jogos Escolares de Minas Gerais.

Com base nas informações obtidas, a principal atividade e evento esportivos e/ou de lazer realizado no município é o Campeonato de Futebol.

3.2.3.2 Espaços/Equipamentos Esporte e Lazer

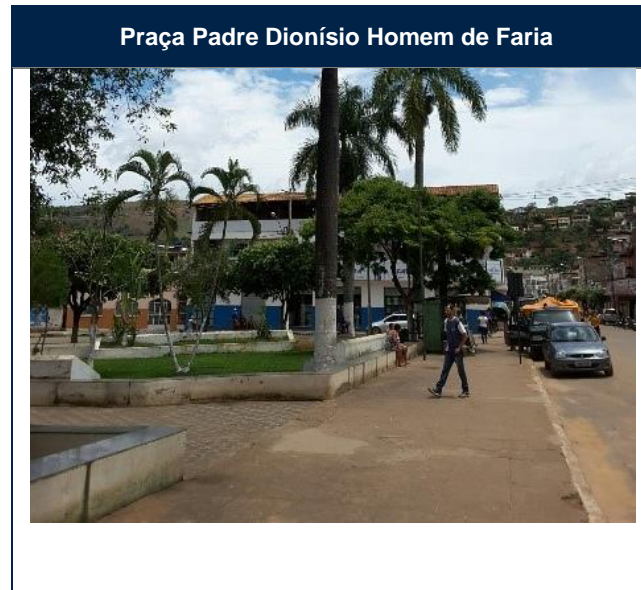
Bom Jesus do Galho possui seis espaços ou equipamentos destinados à prática de esporte, recreação, lazer, eventos e atividades esportivas e culturais. São eles:

- Praça José Peres;
- Associação Sportiva Bom Jesus (ASBJ);
- Campestre Social Clube;
- Recanto das Cachoeiras;
- Pesque e Pague Panelão;
- Praça Padre Dionísio Homem de Faria.

14 O indicador “Participação em Programas Governamentais de Esporte” mostra a participação do governo municipal na execução de ações, projetos e/ou programas, isoladamente ou em convênio e/ou parceria com outras entidades, relacionados com o desporto educacional, de participação e de rendimento, inclusive para pessoas idosas e deficientes. A pontuação do município é dada pelo número de modalidades realizadas por atividade esportiva e pelo número de atletas participantes em cada programa/projeto. Os valores encontrados são convertidos em índices que variam de 0 a 1, representando, respectivamente, a pior e a melhor situação. Ou seja, quanto mais próximo de 1, maior é o número de atividades esportivas oferecidas e maior o número de atletas atendidos no município, o que contribui para fortalecer o esporte e lazer em Minas Gerais (FJP, 2013).

Tabela 16 Espaços de esporte e lazer

Praça José Peres	Associação Sportiva Bom Jesus
	
Campestre Social Clube	Recanto das Cachoeiras
	



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.3 Diagnóstico de Comunidades Rurais Próximas ao Rio Doce

O levantamento de campo identificou uma comunidade rural no município de Bom Jesus do Galho situada próxima ao rio Doce, sendo ela Revés do Belém. A localização desta comunidade está representada pela figura a seguir.



Figura 9 Mapa de localização da comunidade Revés do Belém

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016.

3.3.1 Revés do Belém

Revés do Belém é um distrito do município de Bom Jesus do Galho, tendo sido criado pela Lei Complementar nº 7, de agosto de 1996. Em 2010 sua população era de 2.841 habitantes e sua densidade demográfica de 15,3 por km² (IBGE, 2016).

O acesso ao distrito se dá por estrada de terras não pavimentadas e que se encontram em más condições. A proximidade com o rio Doce é de apenas 2 Km, fazendo com que este seja parte marcante do cotidiano de seus moradores. O uso do rio se destina à atividades como a pesca e o nado. Além dele, a população conta com um campo de futebol para as atividades de lazer.

Durante o levantamento de campo, os entrevistados apontaram que a principal celebração do distrito é a festa da Padroeira Nossa Senhora Aparecida.



Figura 10 Revés do Belém

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

3.4 Clipping de Notícias

O clipping de notícias foi elaborado com base em pesquisas no principal sítio de busca da internet, o google¹⁵, utilizando taxonomias definidas com palavras-chave associadas ao Evento e por ordem de relevância¹⁶. As taxonomias utilizadas foram: I) Bom Jesus do Galho E barragem OU barragens OU Samarco OU BHP OU mineradora Vale OU rio Doce OU mineração; II) Bom Jesus do Galho E barragem.

Para Bom Jesus do Galho, a utilização da taxonomia I não gerou resultados, ao passo que 5 resultados foram gerados com a taxonomia II. A tabela abaixo apresenta a compilação das informações presentes nesta pesquisa e a avaliação de impacto na imagem do município, tendo sido realizado um recorte amostral.

Tabela 17 Clipping de notícias de Bom Jesus do Galho

Título	Data de publicação	Veículo	Link de acesso	Abrangência	Impacto
CBH-DOCE reúne prefeitos de municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão	19/05/2016	CBH-DOCE	https://goo.gl/lu92Vs	Nacional	Negativo
Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco	09/11/2016	Liga Operária	https://goo.gl/RdTSOR	Nacional	Negativo
#NãoEsqueçaMariana - Um ano do rompimento da barragem de Fundão	26/10/2016	MPMG	https://goo.gl/Mr2CE9	Nacional	Negativo
SOS Mata Atlântica refaz expedição no Rio Doce um ano após tragédia ambiental	07/11/2016	Portal Diário do Aço	https://goo.gl/JENJkN	Nacional	Negativo
Samarco assina acordo de R\$20 bi para recuperação do rio Doce	03/03/2016	Diário Popular - Jornal de Verdade	https://goo.gl/x0mq1R	Nacional	Negativo

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

15 goo.gl/46bXSx

16 O período de realização do clipping está compreendido entre a data do rompimento da barragem, 05/11/2015 e 30/11/2016.

A primeira notícia, vinculada no site da CBH-DOCE, que é a página do Comitê de Integração da Bacia Hidrográfica do rio Doce, noticia um encontro ocorrido no município de Mariana com representantes dos comitês que compõem a Bacia do Rio e gestores dos 39 municípios atingidos pelo rompimento da barragem de Fundão. O evento visava apresentar e debater o Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC), assinado pela empresa Samarco. Para além da discussão referente aos programas do TTAC, que visam reparar e mitigar os impactos decorrentes do Evento (programas voltados à segurança hídrica e qualidade da água, destinação de resíduos sólidos e melhoria dos sistemas de abastecimento de água), a matéria menciona também a organização do Fórum de Municípios de Minas Gerais e Espírito Santo. Bom Jesus do Galho aparece listado como um dos municípios pertencentes à área ambiental 2 do TTAC, que estão no escopo deste fórum.

A notícia associada ao município, de 09/11/2016¹⁷, foi publicada no sítio Liga Operária¹⁸ com o título “Abaixo o crime premeditado e continuado da Vale/BHP/Samarco”. A matéria afirma não ter havido punição para as empresas Vale, BHP e Samarco, consideradas responsáveis pelo rompimento da barragem de Fundão, que teria sido um “crime premeditado”.

Entre as consequências descritas se encontram a presença de rejeitos tóxicos nos rios Gualaxo do Norte, Carmo e Doce. Os distritos Bento Rodrigues, Paracatu de Baixo e Gesteira são apontados como alguns daqueles acometidos pelo “soterramento”. Outras localidades são listadas, de modo a ressaltar que, aproximadamente um ano após o ocorrido, os impactos não foram mitigados. Entre essas localidades se encontra Bom Jesus do Galho.

O site do Ministério Público de Minas Gerais – MPMG, afirma e enfatiza ao longo da reportagem publicada que o rompimento da barragem de Fundão é “o maior desastre socioambiental da história do Brasil”. Além disso, ratifica as diversas frentes de atuação do MP junto a outros órgãos, e menciona a instauração do Inquérito Civil, no dia seguinte ao Evento, para apurar as causas, desdobramento e responsáveis pelo rompimento da barragem do Fundão. A postagem elenca os principais municípios atingidos em decorrência do rompimento, entre os quais Bom Jesus do Galho.

17 goo.gl/aE16fm

18 goo.gl/oFV2IU

A publicação na página do Portal Diário do Aço difunde os resultados da pesquisa realizada pela ONG SOS Mata Atlântica¹⁹ que avaliou a qualidade da água (IQA – Índice de Qualidade da Água) ao longo da Bacia do Rio Doce. Foram coletadas amostras de 18 pontos de monitoramento em 29 municípios atingidos, no período de 19 a 28 de outubro de 2016. Os resultados da referida pesquisa apontam para o fato de que dos 18 pontos de coleta, 14 continuam sem condições de uso, estando 13 deles sem evidências de vida no local. Os demais apresentam sinais de recuperação.

Segundo a coordenadora do Programa Rede das Águas, da ONG SOS Mata Atlântica, caso as ações de recuperação não fossem imediatamente implementadas, corria-se o risco de os impactos advindos desses rejeitos perdurarem por mais de uma década. A referida coordenadora afirmou que as obras de recuperação até então iniciadas focavam mais a prevenção de novos danos do que a recuperação da Bacia do rio Doce.

A matéria apresenta em seu corpo registros fotográficos do rio Doce nas proximidades da Ponte Perdida, localizada no município de Bom Jesus do Galho, buscando evidenciar as diferenças do cenário antes e depois do rompimento da barragem de Fundão.



Figura 11 rio Doce nas proximidades da Ponte Perdida, Bom Jesus do Galho, antes e depois da catástrofe da mineração

Fonte: Portal Diário do Aço, 2016

19 A Fundação SOS Mata Atlântica é uma ONG brasileira que atua, sobretudo, na proteção da Mata Atlântica no país.

No sítio Diário Popular foram publicadas informações referentes à reunião ocorrida em Brasília com a presença da presidenta Dilma Rousseff e representantes da Samarco, Vale e BHP para a assinatura do Termo de Transação e Ajustamento de Conduta (TTAC). A matéria afirma que o TTAC foi firmado com o intuito de propor ações reparatórias para as comunidades atingidas que compõem a Bacia do rio Doce. Além disso, afirma que o referido acordo prevê investimento de R\$ 20 bilhões ao longo de dez anos, acrescidos de R\$ 4 bilhões para serem investidos em 15 anos. Aqui, mais uma vez, faz-se menção aos municípios que irão receber esses recursos, dentre os quais Bom Jesus do Galho.

A figura abaixo se refere à nuvem de termos²⁰ resultante do texto das notícias descritas e analisadas. Nela, pode-se observar que algumas das palavras mais notáveis são “Samarco”, “BhP”, “rio”, “lama” e “barragem”. Termos de cunho negativo também estiveram presentes, ainda que com menor frequência, a exemplo de “rejeito” “lama”, “crime”, “morte” e “podre”.



Figura 12 Nuvem de termos referente ao clipping de Bom Jesus do Galho

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

20 Ferramenta disponível no sítio goo.gl/IGroPL.

3.5 Textos Acadêmicos

Outro mecanismo de mensuração do impacto negativo sobre a imagem de Bom Jesus do Galho é a análise da produção acadêmica. Para tanto, estabeleceu-se um recorte amostral a partir do qual foram pesquisadas menções ao município. Tal recorte se concentra na plataforma Rio Doce Vivo²¹, um acervo digital colaborativo voltado especificamente para temas relativos ao rompimento da barragem de Fundão, em 2015. A opção se deve à data de sua implementação, 04/11/2016, permitindo o contato com produções não só relevantes, mas recentes. Além disso, sendo a Conectas²² e a Onda Política²³ as responsáveis pela elaboração da plataforma, presume-se a qualidade de seu conteúdo, uma vez que ambas são ONGs²⁴ com destacada legitimidade e alcance internacionais. No repositório, a produção científica é relacionada na Coleção Academia²⁵, que conta com artigos, experimentos, relatórios e base de dados.

Na tabela abaixo é possível observar que o município de Bom Jesus do Galho foi mencionado em uma das publicações do recorte. Em “PoEMAS²⁶ / Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG) – relatório final”²⁷, de dezembro de 2015, as informações sobre o Evento são articuladas de modo a promover uma reflexão acerca da atividade mineradora no Brasil²⁸.

21 goo.gl/hBGDKp

22 goo.gl/BcEHVc

23 goo.gl/x1VYhC

24 Organização Não Governamental

25 Atualizada em 04/11/2016. Ver goo.gl/LPOqWr

26 Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade.

27 PoEMAS. Antes fosse mais leve a carga: avaliação dos aspectos econômicos, políticos e sociais do desastre da Samarco/Vale/BHP em Mariana (MG). Mimeo. 2015.

28 Os esforços empreendidos pelo grupo de pesquisa resultaram em um livro, de mesmo nome do relatório final, lançado em 05/11/2016, um ano após o Evento. Ver: goo.gl/1soM41

Tabela 18 Síntese de citações – Bom Jesus do Galho

Município de Bom Jesus do Galho		
Coleção Academia	Link de acesso	Menção
UFJF & UFMG A Tragédia do Rio Doce - a Lama, o Povo e a Água	goo.gl/sximc2	Não
POEMAS Antes fosse mais leve a carga	goo.gl/6jliL	Sim
POEMAS Desastre da Samarco/Vale/BHP no Vale do Rio Doce	goo.gl/uGkSiU	Não
POEMAS Considerações sobre o Termo de Transação e de Ajustamento	goo.gl/jTkhRX	Não
ORGANON Impactos socioambientais no Espírito Santo	goo.gl/t9TRE2	Não
POEMAS Pedras de sangue e choro maculam a vertente	goo.gl/1p3qra	Não
UFES Resultados Parciais das Análises Realizadas em Amostras	goo.gl/M7Mwqb	Não
CESÁR GARAVITO (ORG.) Human Rights in minefields	goo.gl/4oN12m	Não

Elaboração: Expressão Socioambiental, 2016

O estudo foi elaborado por pesquisadores da Universidade Federal de Juiz de Fora, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro e Universidade Estadual de Goiás²⁹. No documento, observa-se que a menção a Bom Jesus do Galho se limita a uma listagem³⁰. Nela, descreve-se a relação de municípios para os quais se decretou estado de emergência ou calamidade pública à época do Evento.

²⁹ goo.gl/Ry1Shs

³⁰ Página 55.



Síntese

4 Síntese - Potencialidades e Fragilidades Observadas

4.1 Turismo

Durante o levantamento de campo realizado em Bom Jesus do Galho, o gestor público entrevistado afirmou que o turismo é muito importante para o município. De acordo com o seu relato, a cidade recebe muitos turistas em dois períodos do ano: o mês de julho, quando é realizada a Festa do Bonjesuense Ausente, e em setembro, data da celebração do Jubileu do Senhor Bom Jesus. Para ele, “essas festas são importantes para a cidade, atraem turistas e aquecem o comércio”.

Além das comemorações, Bom Jesus do Galho possui alguns atrativos naturais, tais como lagoas, cachoeiras e o ribeirão do Boi. De acordo com a percepção do entrevistado, os atrativos se constituem em elementos importantes para o fomento do turismo no município. Percebe-se que, embora o turismo seja considerado importante, as atrações para a atividade turística focam em pequenos eventos locais e potenciais atrativos naturais, não possuindo, todavia, apelo suficiente para movimentar grande fluxo de turistas no município.

Já em relação às políticas públicas, Bom Jesus do Galho conta com a Lei nº 1.197/2014, que traça diretrizes para o Plano Municipal de Turismo, que envolve a criação do Conselho Municipal de Turismo. O Plano, entretanto, não havia sido instituído até o ano de 2016. De acordo com tal Lei, o Conselho não é paritário, sendo constituído em sua maioria por representantes do poder público (seis dos oito membros), o que pode fragilizar as ações e decisões frente às reais demandas do município.

Infere-se que a principal fragilidade está relacionada à atual ausência da Secretaria Municipal de Turismo e Cultura, tendo em vista que a Lei nº 1.197 aponta a secretária como a principal responsável pela execução das medidas propostas.

A avaliação que o gestor faz da infraestrutura de equipamentos e receptivo no município (tais como hotéis, restaurantes e bancos) é boa, embora aponte para a necessidade de melhorias.

Desse modo, após aplicar os questionários do INVTUR nos empreendimentos e serviços turísticos, bem como questionário junto a gestores públicos e privados, pôde-se diagnosticar as potencialidades e as fragilidades do município, sendo elas:

- Fluxo de turistas mais incidente em datas comemorativas e eventos;
- Município apresenta pequena estrutura para o turismo, mas capaz de atender a atual demanda;
- O envolvimento do setor público em relação às atividades e políticas direcionadas ao turismo é incipiente;
- A população e os empresários locais são pouco sensibilizados e mobilizados para o turismo.

4.2 Cultura

Bom Jesus do Galho é fortemente caracterizado por suas tradições religiosas, notadamente católicas. Expressão dessa característica é a comemoração denominada Jubileu do Senhor Bom Jesus. Soma-se às tradições religiosas populares, o artesanato.

O município apresenta incipiente desenvolvimento institucional cultural, embora tenha logrado êxito na instituição de legislação de criação do Sistema Municipal de Cultura, ainda a ser regulamentada. Portanto, o principal desafio de Bom Jesus do Galho no âmbito do desenvolvimento institucional é dar prosseguimento ao processo de instituição formal e implementação do Sistema Municipal de Cultura, de modo a abarcar todos os elementos preconizados.

A estrutura parcial de gestão cultural e a descontinuidade da política de preservação do patrimônio histórico e artístico local, não favoreceram ao município implantar políticas de cultura e de patrimônio efetivas. Ademais, as fragilidades no campo da cultura se expressam também pela carência de iniciativas de formação artístico-cultural, inclusive de público e de espaços e equipamentos culturais para abrigar espetáculos artísticos, bem como para a preservação da memória local.

4.3 Esporte e Lazer

Bom Jesus do Galho apresenta frágil estrutura de gestão da política voltada para o esporte e o lazer, especialmente por esta não compor secretaria municipal exclusiva. Dessa forma,

comprova-se que o Esporte e o Lazer não são tratados como prioridade no programa do governo municipal.

Durante o levantamento de dados em campo, o gestor público entrevistado não informou se há dotação orçamentária específica para o Departamento Municipal de Esportes. Verificou-se, também, que Bom Jesus do Galho tem participação em apenas um programa promovido pela Secretaria de Estado de Esportes: Jogos Escolares de Minas Gerais.

O Conselho Municipal de Esportes e Lazer, que tem grande importância na organização e melhoria da gestão pública local, encontra-se inativo, impedindo, assim, a participação em programas que proporcionariam uma melhoria na arrecadação financeira municipal, tais como o ICMS Solidário – Critério Esportivo.

Igualmente, a inexistência do Fundo Municipal de Esportes e do Plano Municipal de Esportes, bem como de qualquer legislação que apoie e incentive uma política esportiva e de lazer municipal, embasam a fragilidade na gestão da política voltada para o esporte e lazer.

Entretanto, o representante municipal reconhece que o esporte é importante para o município. Nesse sentido, o projeto "Bom de Bola", destinado às crianças de 6 a 18 anos, é a maior potencialidade de Bom Jesus do Galho. Através dele os jovens começam a praticar esportes no município e, posteriormente, se aprimoram em cidades com maior infraestrutura. Contudo, a falta de investimentos na área foi citada como a principal fragilidade para o desenvolvimento do esporte local, sendo as poucas ações existentes consideradas ineficientes.

Continuamente, o entrevistado afirma que o lazer é muito importante para o desenvolvimento social e econômico de Bom Jesus do Galho, uma vez que influencia na qualidade de vida da população. Ele ressalta que o clube e as várias praças são as maiores potencialidades do município, porém, mais uma vez, aponta a escassez de investimentos como a principal dificuldade observada para o desenvolvimento do lazer local.

Desse modo, a ação prioritária que pode ser desenvolvida no município para a promoção do desenvolvimento local no esporte e no lazer é:

- Fomentar o projeto "Bom de bola".

Além disso, para a valorização e fomento de programas e projetos locais voltados para os setores em questão, faz-se necessária uma reestruturação das prioridades da política municipal, qualificação profissional e desenvolvimento de ações que tenham como principal objetivo proporcionar qualidade de vida para a população.



Avaliação de Impactos

5 Avaliação de Impactos

5.1 Metodologia

Embora se baseie nos princípios e normativas estabelecidos para processos de avaliação de impactos para a realização da Avaliação de Impactos procedida no âmbito deste estudo, optou-se pela criação de procedimentos específicos, adequados à identificação e cotejamento de diversos aspectos relacionados às dimensões do turismo, cultura, esporte e lazer, impactados pelo Evento nos 32 municípios e em localidades e/ou segmentos populacionais neles existentes.

Em síntese, o processo de AIA ora proposto possui as seguintes etapas:

- Identificação dos impactos ambientais do Evento por município/localidade (preenchimento da matriz de identificação dos impactos);
- Classificação dos impactos;
- Identificação de medidas mitigadoras ou potencializadoras dos impactos (negativos e positivos, respectivamente) já tomadas e/ou em andamento pela empresa (ou Fundação Renova), proposição de novas medidas e ou readequações e reavaliação da magnitude e importância dos impactos (considerando as medidas mitigadoras ou potencializadoras);
- Descrição geral dos impactos ambientais;
- Avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

O primeiro passo consistiu, portanto, na elaboração de uma listagem prévia de impactos identificados (método Listagem de Verificação ou *Check-list*), como ponto de partida para a análise e discussão interdisciplinar do rol de impactos ambientais, conforme Procedimentos empregados na Avaliação de Impacto.

Os resultados deste trabalho foram compartilhados entre todos com vistas a proporcionar maior interação entre os técnicos das diferentes áreas envolvidas no estudo, a fim de contemplar todas as características e especificidades decorridas do Evento. As revisões realizadas na identificação destes impactos são apresentadas na Tabela 19 Tabela 19.

Tabela 19 Lista inicial de impactos advindos do rompimento da barragem de Fundão

Componente Ambiental	Impactos identificados
Turismo	Efeito Negativo e repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento
	Impacto direto sobre atrativos turísticos
	Impactos diretos sobre equipamentos e estruturas de turismo
	Impacto econômico no setor turístico
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município
	Impacto ambiental e na paisagem
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva
Cultura	Perda e/ou Comprometimento de bens imóveis
	Perda e/ou Comprometimento de Patrimônios Culturais Imateriais
	Perda ou comprometimento de bens móveis
	Perda ou comprometimento de locais de importância cultural
	Alteração de Costumes Culturais
	Alteração na Agenda Cultural
Esporte	Perda e/ou Comprometimento de Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas
	Alteração do Calendário Esportivo
	Alteração de atividades de entidades esportivas
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte
Lazer	Perda e/ou Comprometimento de Espaços de Sociabilização
	Alteração do Cotidiano Comunitário

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte é a denominada Classificação dos Impactos, que consiste na categorização de cada impacto segundo seus atributos individuais, a saber:

- Efeito: Indica a natureza do impacto analisado, se positivo ou negativo;
- Origem: Indica se o impacto está diretamente associado ao Evento ou se está relacionado indiretamente (impacto de 2ª ordem);
- Duração: Refere-se ao tempo necessário para a recomposição das condições originárias ou melhores do que as existentes antes do impacto ocorrer;



- Abrangência: Está relacionada com a área de ocorrência do impacto analisado. Também pode ser chamada de magnitude;
- Severidade: É a análise da gravidade do impacto decorrido em função do Evento. No caso deste estudo, a severidade foi mensurada de maneira específica para cada impacto de cada um dos setores analisados ou objetos do trabalho.

Essa classificação é realizada por meio do preenchimento de uma matriz de avaliação de impactos, conforme apresentada a seguir:

Tabela 20 Modelo planilha de Identificação dos impactos ambientais

Descrição dos impactos		Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
		Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação							Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação			
Setor Impactado	Impactos identificados	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Turismo	Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento											
	Impacto sobre atrativos turísticos											
	Impactos sobre equipamentos e estruturas de turismo											
	Impacto econômico no setor turístico											
	Impacto no Fluxo Turístico para o Município											
	Impacto ambiental e na paisagem											
	Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva											
Cultura	Impacto sobre Bens Imóveis											

	Impacto sobre Bens Culturais Imateriais												
	Impacto sobre Bens Móveis												
	Impacto sobre locais espaços e equipamentos de importância cultural												
	Alteração de Costumes Locais												
	Alteração na Agenda Cultural												
Esporte	Impacto sobre Recursos Naturais e/ou Equipamentos Sociais voltados a Práticas Esportivas												
	Alteração do Calendário Esportivo												
	Alteração de atividades de entidades esportivas												
	Alteração de investimento financeiro em atividades esportivas												
	Alteração em Programas e Políticas Públicas ou Privadas de Incentivo ao Esporte												
Lazer	Impacto sobre Espaços de Sociabilização												
	Alteração do Cotidiano Comunitário relativo ao lazer												

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

A etapa seguinte consistiu na construção de um índice de ponderação para os itens (c), (d) e (e), com uma numeração que varia de 1 a 4, como forma de auxiliar o processo de dimensionamento desses impactos. Tanto a descrição de cada item da classificação quanto sua nota de ponderação são apresentados no Tópico seguinte “Definições e Conceitos”.

A atribuição de valores a estes três aspectos dos impactos poderá ser percebida por meio da análise do Gráfico Radar, utilizado como artifício para possibilitar a melhor visualização do alcance dos impactos. A ponderação é crescente do centro aos vértices do Gráfico Radar e cada vértice do triângulo indica um atributo de classificação do impacto (Cardoso, 2014).

Não há ponderações com valor zero, essa região no gráfico indica apenas o centro do triângulo e o ponto de partida para valoração das classificações do impacto analisado.

A Figura 13 apresenta o Gráfico Radar, sem ponderação, para fins de entendimento da distribuição dos valores.



Figura 13 Modelo de Gráfico de Radar

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

Para facilitar a diferenciação entre os impactos positivos e negativos, foram adotadas colorações distintas entre os gráficos, utilizando-se as cores vermelha (impactos negativos) e verde (impactos positivos), como apresentado na figura a seguir:

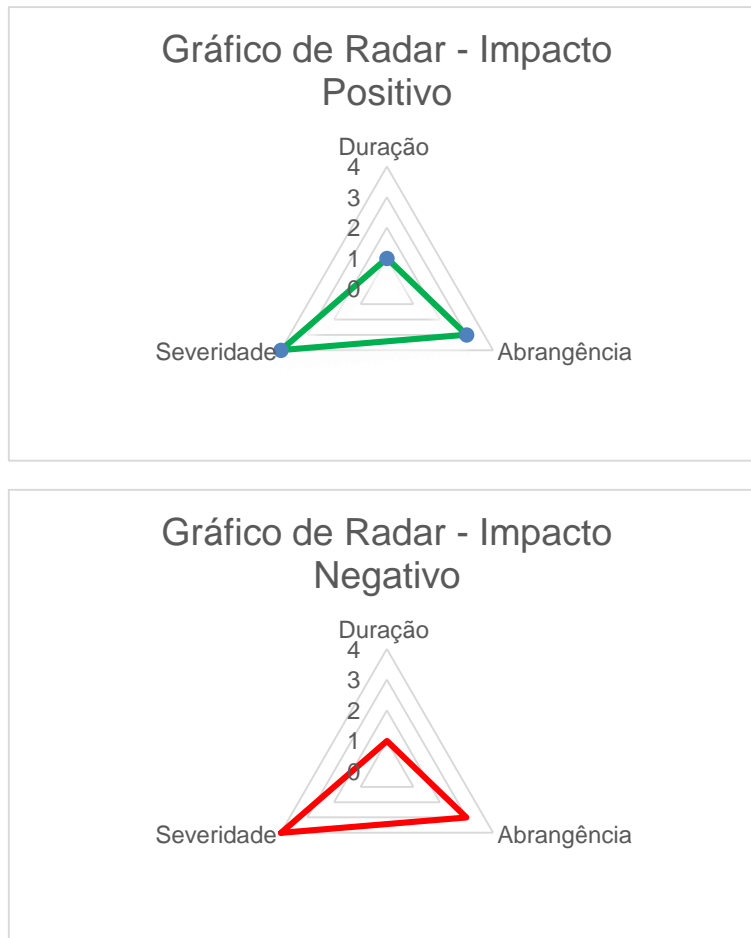


Figura 14 Exemplos de gráficos de radar de impactos positivos e negativos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A Avaliação de Significância do impacto ambiental é a última etapa do processo de Ponderação dos Impactos e a referência mais importante do trabalho, e normalmente a que gera maiores questionamentos se for determinada de forma subjetiva, sem critérios claros. A significância indica a relevância do impacto e do indicador ambiental e serve para determinar o foco e os pontos de atenção para os impactos mais críticos. Isso possibilita o melhor planejamento ambiental das atividades e o direcionamento das medidas de controle ambiental do empreendimento.

Neste trabalho, a significância do impacto será definida a partir do cruzamento da avaliação da magnitude e da relevância do impacto, dentro das escalas construídas, e

classifica-se em pouco significativo, significativo, muito significativo e crítico. A Figura 15 exemplifica a classificação Significância dos impactos:

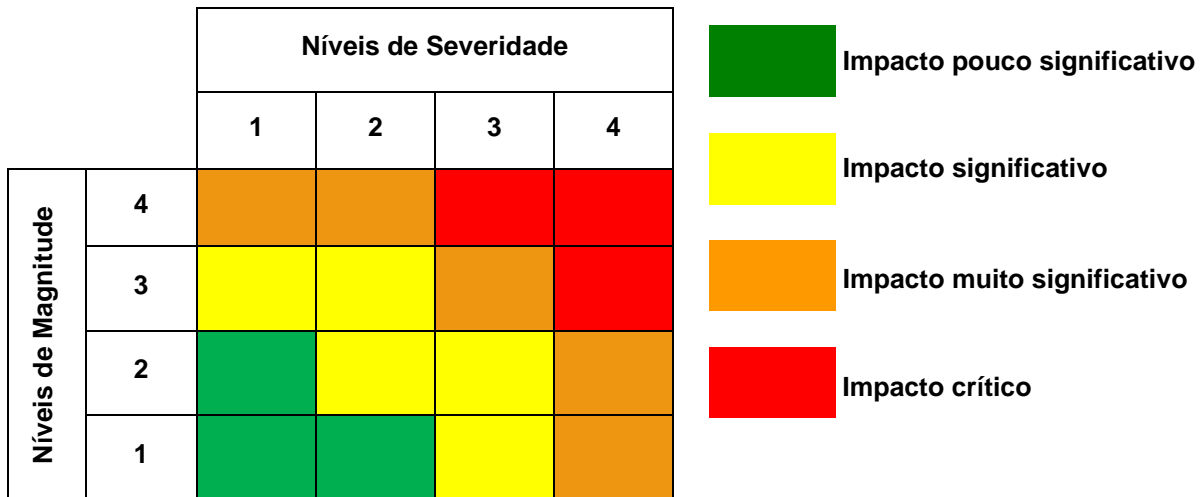


Figura 15 Classificação da Significância de Impactos

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016.

A etapa seguinte é a avaliação das medidas de mitigação em andamento, proposição de readequações e de novas medidas e realização de uma nova avaliação, após a conclusão dessas ações.

Considerando o prazo decorrido desde o Evento é de se esperar que várias ações de recomposição, mitigação e compensação de impactos tenham sido realizadas pela empresa.

Por essa razão, as situações e cenários encontrados em campo possivelmente já correspondem às suas condições originais, seja pela ação do tempo e/ou pela implementação de ações de mitigação, minimização ou compensação do impacto. Essas ações deverão ser avaliadas e seus resultados mensurados.

Os procedimentos de levantamento de dados em campo – observações, registros fotográficos, realização de entrevistas – foram concebidos na perspectiva da identificação e comparação do impacto com e sem a realização das atividades de reparação ou compensação, a fim de subsidiar a avaliação das mesmas, bem como a apreciação

daquilo que é necessário ainda ser realizado. Os aspectos propostos para nortear essa avaliação, integrantes da matriz de impacto, são os que se apresentam a seguir.

Por fim, tem-se as duas últimas etapas do processo de Avaliação de Impacto, que consistem na descrição geral dos impactos ambientais segundo os temas em estudo e na avaliação dos impactos após a realização das medidas propostas pela equipe ou já em execução pela empresa.

5.1.1 Definições e Conceitos

5.1.1.1 Efeito

- a) Impactos positivos (**IP**) são aqueles que resultam na melhoria de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).
- b) Impactos negativos (**IN**) resultam em um prejuízo da qualidade de um ou mais indicadores ambientais (parâmetros de qualidade ambiental, processos ou funções socioambientais).



5.1.1.2 Origem dos Impactos

Os impactos decorrentes do Evento podem ser divididos como de origem direta e indireta.

- a) Impactos diretos (**ID**) são aqueles cujo efeito é percebido diretamente como resultado da atividade do empreendimento prevista. Também chamado de impacto de 1ª ordem;
- b) Impactos indiretos (**II**) resultam como efeito secundário da atividade do empreendimento, podendo ainda ser descritos como aqueles impactos não iniciais que fazem parte de uma cadeia de reações / impactos deflagrados a partir de uma atividade do empreendimento.

5.1.1.3 Abrangência dos Impactos (Magnitude)

As consequências do rompimento da barragem de Fundão, trouxeram impactos de diferentes naturezas, magnitudes e extensões sobre a cultura, esporte, lazer e turismo. De maneira geral, pode-se dizer, com relação à abrangência, que os impactos podem ser sentidos nos seguintes níveis:

- a) Impactos nas áreas localizadas às margens dos cursos d'água afetados (**IL**) (1) – se referem a impactos diretos sobre bens, estruturas e serviços. Este impacto pode ser tanto de ordem física (afetação direta pela lama) ou não (algum tipo de consequência direta da alteração da qualidade da água). Não é possível estabelecer uma área física de abrangência, tendo em vista que a lama afetou de maneiras bastante diferenciadas as margens dos rios;
- b) Impactos sobre comunidades (**IC**) (2) – Comunidades rurais ou sede municipais localizadas próximas aos cursos d'água que tenham sido impactadas direta ou indiretamente pelo Evento;
- c) Impactos sobre municípios (**IM**) (3) – Neste nível de abrangência são considerados os municípios em termos de unidade de planejamento e administração;
- d) Impactos regionais ou em nível nacional ou internacional (**IR**) (4) – Utilizado para aqueles impactos que ultrapassam os limites municipais, atingindo toda a região – podendo ser a região de planejamento ou circuitos turísticos em que o município, eventualmente, esteja inserido.



5.1.1.4 Duração dos Impactos

A complexidade das consequências de um Evento como o de estudo apontam para:

- a) Impactos de recomposição em curto prazo (**ICP**) (1) são aqueles passíveis de serem mitigados em até 2 anos desde a ocorrência do Evento;
 - b) Impactos a médio prazo (**IMP**) (2) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em até 5 anos;
 - c) Impactos a longo prazo (**ILP**) (3) são aqueles cuja mitigação ou recomposição até a situação de origem se dará em período superior a 5 anos;
- Impactos não remediáveis (**INR**) (4) são aqueles não passíveis de recomposição ou mitigação.

5.1.1.5 Severidade dos Impactos

A severidade dos impactos foi definida de acordo com cada um dos temas estudados neste trabalho e de forma específica para o impacto identificado, como forma de se precisar ao máximo as características de tais consequências.

5.1.1.5.1 Turismo

Impacto: Repercussões, de âmbito nacional e internacional, sobre a imagem do município e região após o Evento.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento no âmbito regional, nacional e internacional;
- b) Médio (2) – Pequeno grau de abundância. Com baixo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- c) Médio-alto (3) – Elevado grau de produção. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento;
- d) Alto (4) – Abundante. Com expressivo grau de conhecimento científico, publicações e reportagens produzidas sobre o Evento.



Impacto: Impacto sobre atrativos turísticos.

- a) Baixo (1) – Baixo nível de interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Sem interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – Interferência nas condições de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção parcial de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – Impossibilidade de acesso aos atrativos turísticos, com segurança e autonomia, para qualquer pessoa após o Evento. Interrupção de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impactos sobre equipamentos e estrutura do turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os serviços e equipamentos turísticos e a infraestrutura para receptivo no local ou no entorno, bem como os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou parte expressiva dos serviços e equipamentos turísticos, da infraestrutura para receptivo ou dos meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os serviços e equipamentos turísticos, a infraestrutura básica para receptivo no entorno ou os meios públicos de transporte e de fornecimento de produtos essenciais para o turismo.

Impacto: Impacto econômico no setor do turismo.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- b) Médio (2) – Impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;
- c) Médio-alto (3) – Elevado nível de impacto sobre as questões turísticas sob o viés econômico;



- d) Alto (4) – Alteração drástica sobre as questões turísticas sob o viés econômico.

Impacto: Impacto no fluxo turístico para a região

- a) Baixo (1) – Houve impacto inexpressivo em relação ao fluxo de visitantes;
- b) Médio (2) – Houve alteração no fluxo de visitantes;
- c) Médio-alto (3) – Elevada alteração no fluxo de visitantes;
- d) Alto (4) – Alteração drástica no fluxo de visitantes.

Impacto: Impacto ambiental e na paisagem

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o ambiente e paisagem turística;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o ambiente e a paisagem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou o ambiente e paisagem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a paisagem.

Impacto: Impacto em atividades turísticas realizadas nos cursos d'água e imediações, tais como na pesca esportiva.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente as atividades realizadas nos cursos d'água e imediações.



Impacto: Impacto sobre elementos de sinalização.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a sinalização turística do bem;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a sinalização turística do bem;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a sinalização turística do bem;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a sinalização turística do bem.

Impacto: Impacto sobre pessoal ligado ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva o pessoal ligado ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente o pessoal ligado ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente o pessoal ligado ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente o pessoal ligado ao turismo.

Impacto: Impacto sobre fornecedores ligados ao turismo.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva fornecedores ligados ao turismo;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente fornecedores ligados ao turismo;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente fornecedores ligados ao turismo;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente fornecedores ligados ao turismo.

Impacto: Impacto sobre a cadeia do turismo local.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva a cadeia do turismo local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente a cadeia do turismo local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente a cadeia do turismo local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente a cadeia do turismo local.

Impacto: Impacto nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;



- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais turísticos.

5.1.1.5.2 Cultura

Impacto: Direto ou indireto sobre bens culturais imóveis.

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.

Impacto: Impacto direto ou indireto sobre bens culturais móveis (imagens, esculturas, pinturas, partituras, publicações, fotografias, etc).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre o bem;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de degradação e/ou comprometimento do bem. Ou impacto indireto associado a impactos diretos a outros bens;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio grau de degradação e ou não comprometimento do bem;
- d) Alto (4) – Impacto direto com elevado grau de degradação e ou comprometimento do bem.



Impacto: Impacto sobre o calendário cultural do município.

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração no calendário cultural;
- b) Médio (2) – Poucas alterações no calendário cultural (até 30% do previsto ou do usual);
- c) Médio-alto (3) – Expressivas alterações no calendário cultural (de 31% a 70% do usual);
- d) Alto (4) – Severas alterações (mais de 70% do usual) ou suspensão do calendário cultural de 2016.

Impacto: Impacto sobre costumes, modos de vida e tradições locais (práticas sociais).

- a) Baixo (1) – Inexpressiva ou nenhuma alteração das práticas sociais cotidianas;
- b) Médio (2) – Poucas modificações das práticas sociais cotidianas;
- c) Médio-alto (3) – Significativas modificações das práticas sociais cotidianas;
- d) Alto (4) – Modificações radicais das práticas sociais cotidianas.

Impactos: Impactos sobre espaços e equipamentos de importância cultural.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os espaços e equipamentos culturais;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os espaços e equipamentos culturais;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou grande parte dos espaços e equipamentos culturais;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os espaços e equipamentos culturais.

Impactos: Impactos sobre atividades realizadas nos cursos d'água e imediações (lavadeiras, banho, mergulho, pesca de lazer, rituais religiosos e/ou sociais e outras atividades, exceto pesca esportiva).

- a) Baixo (1) – Inexpressivo impacto direto ou indireto sobre as atividades;
- b) Médio (2) – Impacto indireto com baixo grau de afetação ou de comprometimento das atividades. Ou impacto indireto associado a outros impactos;
- c) Médio-alto (3) – Impacto direto, com médio risco de afetação ou de comprometimento das atividades;



- d) Alto (4) – Impacto direto, com elevado risco de desaparecimento e/ou comprometimento das atividades.

Impacto: Impacto sobre investimentos privados no incentivo à cultura.

- a) Baixo (1) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais de baixo custo que já existiam;
- b) Médio (2) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente projetos culturais de baixo custo financeiro;
- c) Médio-alto (3) – Após o Evento as empresas privadas optaram por apoiar somente os projetos culturais que já existiam;
- d) Alto (4) – Após o Evento as empresas privadas optaram por não apoiar projetos aprovados por leis de incentivo à cultura.

Impacto: Ocorrência de intervenções antrópicas.

- a) Baixo (1) – Pouca ou nenhuma intervenção realizada ou perspectiva de recuperação das condições de funcionamento;
- b) Médio (2) – Intervenção realizada com perspectiva de médio prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- c) Médio-alto (3) – Intervenção realizada com perspectiva de curto prazo para recuperação das condições de funcionamento;
- d) Alto (4) – Intervenção realizada com recuperação das condições de funcionamento.

5.1.1.5.3 Esporte e Atividades de Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos recursos naturais voltados às práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os recursos naturais disponíveis para a prática de atividades esportivas no local.

Impacto: Perda e/ou Comprometimento dos Equipamentos e Estruturas voltados a práticas esportivas.

- a) Baixo (1) – O Evento afetou de maneira inexpressiva os equipamentos e estruturas esportivas;
- b) Médio (2) – O Evento afetou parcialmente os equipamentos e estruturas esportivas;
- c) Médio-alto (3) – O Evento afetou expressivamente os equipamentos e estruturas esportivas;
- d) Alto (4) – O Evento afetou completamente os equipamentos e estruturas esportivas.

Impacto: Alteração do calendário esportivo do município (ser sede de eventos e/ou participação em outros municípios).

- a) Baixo (1) – Redução inexpressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- b) Médio (2) – Redução parcial da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- c) Médio-alto (3) – Redução expressiva da realização/ser sede de eventos esportivos no município e/ou na participação em eventos fora do município;
- d) Alto (4) – Não é possível realizar quaisquer eventos esportivos dos que eram realizados no município e não há condições de participar de eventos esportivos que ocorrem em outros municípios.



Impacto: Alteração de atividades de entidades esportivas.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nas atividades de entidades esportivas com adaptação das atividades desenvolvidas;
- b) Médio (2) – Alteração parcial das atividades de entidades esportivas;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva das atividades de entidades esportivas;
- d) Alto (4) – Alteração completa das atividades de entidades esportivas.

Impacto: Alteração no investimento financeiro do setor público em programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar alguns programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- b) Médio (2) – Alteração parcial no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas, sendo necessário alterar e/ou finalizar a metade dos programas e/ou políticas públicas voltadas para o esporte e lazer;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou lazer;
- d) Alto (4) – Alteração completa no investimento financeiro do setor público em atividades esportivas e/ou de lazer.

Impacto: Alteração de investimento financeiro de empresas privadas no incentivo ao Esporte

- e) Baixo (1) – Alteração inexpressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- f) Médio (2) – Alteração parcial na captação realizada junto a empresas privadas;
- g) Médio-alto (3) – Alteração expressiva na captação realizada junto a empresas privadas;
- h) Alto (4) – Alteração completa na captação realizada junto a empresas privadas.



Impacto: Alteração nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

- a) Baixo (1) – Alteração inexpressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- b) Médio (2) – Alteração parcial nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- c) Médio-alto (3) – Alteração expressiva nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte;
- d) Alto (4) – Alteração completa nos acessos e meios públicos de transporte a locais de prática de esporte.

5.1.1.5.4 Lazer

Impacto: Perda e/ou comprometimento dos espaços e/ou equipamentos de sociabilização e lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente os serviços e equipamentos de sociabilização e lazer.

Impacto: Alteração do cotidiano comunitário relativo ao lazer.

- a) Baixo (1) – O Evento alterou de maneira inexpressiva o cotidiano local relativo ao lazer;
- b) Médio (2) – O Evento alterou parcialmente o cotidiano local relativo ao lazer;
- c) Médio-alto (3) – O Evento alterou expressivamente o cotidiano local relativo ao lazer;
- d) Alto (4) – O Evento alterou completamente o cotidiano local relativo ao lazer.

5.2 Resultados

A avaliação dos impactos do rompimento da barragem de rejeitos de Fundão sobre Bom Jesus do Galho requer considerar a configuração do trajeto do rio Doce no território local. Nesse aspecto, observa-se que a sede municipal dista aproximadamente 7 km, em linha reta, do rio Doce. Em entrevista a moradores, os mesmo relataram que não fazem uso atividades relacionadas ao rio, uma vez que as propriedades à sua margem pertencem à Cenibra, que não autorizada pesca na área.

Considerada a configuração socioterritorial da relação do município com o rio Doce, identificara-se 1 impacto relativo aos temas do turismo, da cultura, e do esporte e lazer.

5.2.1 Impactos sobre a Imagem do Município

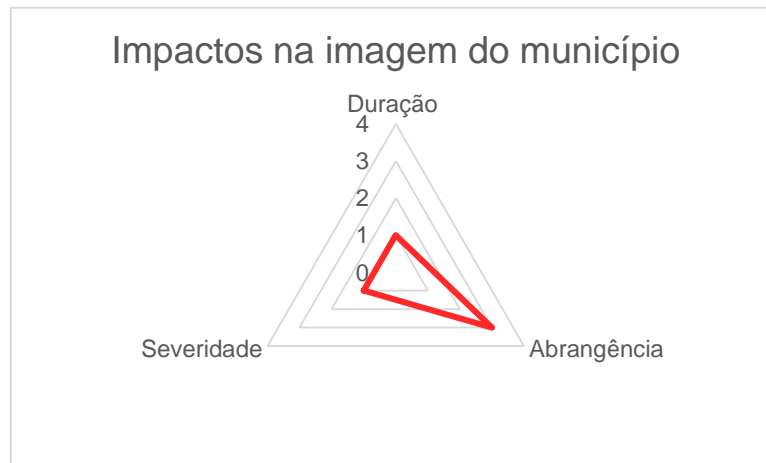
O rompimento da barragem de Fundão, em novembro de 2015, teve ampla repercussão em veículos de comunicação de alcance regional, nacional e internacional. Além das causas do Evento, seus impactos sociais, econômicos e ambientais têm mobilizado a mídia e a ciência.

Diante disso, a presente seção objetiva analisar o impacto da produção acadêmica e jornalística na imagem do município de Bom Jesus do Galho. Para tanto, foi realizado um clipping de notícias e um recorte amostral de artigos científicos.

O clipping de notícias corrobora com os dados obtidos na pesquisa, de que não foram registrados impacto direto e/ou indireto no município de Bom Jesus do Galho. Como citado anteriormente, as menções ao município constam apenas em listas das localidades

Sendo assim, infere-se que o impacto negativo na imagem do município de Bom Jesus do Galho é direto e, a partir da análise das reportagens e da produção acadêmica, pode ser considerado baixo em termos de duração (1) e severidade (1) e abrangência municipal (3).

Gráfico 2 Impacto sobre a imagem do município



Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Consideradas estas características, este impacto é avaliado como significativo (2).

Tabela 21 Planilha de Identificação dos Impactos Ambientais

Impactos identificados	Avaliação da magnitude e importância dos impactos, com e sem medidas mitigadoras / potencializadoras										
	Avaliação anterior à implantação de ações de mitigação						Avaliação posterior à implantação de ações de mitigação				
	Descrição do Impacto	Efeito	Origem	Duração	Abrangência/ Magnitude	Severidade	Significância	Medidas mitigadoras / potencializadoras	Magnitude	Severidade	Significância
Impactos sobre a imagem do município	Reportagens e trabalhos científicos sobre o Evento	IN	ID	1	3	1	2	Recuperação da Estrutura Afetada Apoio e Fortalecimento institucional para a gestão das políticas municipais de turismo, cultura, esporte e lazer Ações de Capacitação e Promoção do Turismo	3	1	1

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016



Créditos e Referências

6 Créditos e Referências

Entrevistados no Município

Tabela 22 Lista de participantes de reunião institucional em Bom Jesus do Galho

Nome	Nome do setor/órgão
Marcelo Freitas	Secretário de Meio ambiente
Fabiana Ferreira	Centro de Referência de Assistência Social
Leonardo Gomes	Associação Sportiva Bom Jesus (ASBJ)

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Equipe Técnica

Tabela 23 Equipe Técnica

Equipe Participante	Formação	Função/Cargo	Vínculo
Maria Fernandes	Psicóloga	Coordenação Geral / Sócia Diretora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Roque	Antropólogo	Coordenação técnica /Sócio Diretor	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Jaqueline Vilela Custódio	Bióloga	Gestão de Contrato	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Aline Santos	Administração de Empresas	Administrativo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Cláudio Letro	Sociólogo	Subcoordenação técnica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sylvana Pessoa	Socióloga	Coordenação técnica /Coordenação de Cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Juca Villaschi	Arquiteto	Coordenação temática de patrimônio material e imaterial	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Ana Pacheco	Engenheira Civil	Coordenação de Campo/Subcoordenaçã o de cultura	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marcos Knupp	Turismólogo	Coordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental



			Pesquisa e Projetos/UFOP
Suzana Fernandes de Paula	Turismóloga	Subcoordenação temática de turismo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Lise Costa	Educadora Física	Coordenação temática de esporte	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sidney Daniel Batista	Turismólogo	Coordenação temática de lazer	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Gabriel Alkmin	Biólogo	Coordenação temática de pesca	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Raquel Guerra	Relações Públicas	Coordenação Audiovisual	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Flávia Said	Advogada	Assessora jurídica	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sabrina Almeida	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Paula Boarin	Cientista política	Pesquisadora	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Caroline Chaves	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Rúbia Meireles	Jornalista	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Marina Nunes	Estudante de Ciências Sociais	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tiago de Jesus Brito	Estudante de Ciências Sociais	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Moacir Salles	Geógrafo	Pesquisador de campo/geoprocessamento	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maria Cecília Pedrosa	Socióloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laetitia Jourdan	Antropóloga	Assistente de Coordenação	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Victor Massini	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos

Bianca Aparecida Fonseca	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Sara Christina do Nascimento	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Shirley Maclane Nunes Brito	Técnica em turismo e lazer	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Bárbara Natali Soares Guimarães	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Lucas Motta	Turismólogo	Pesquisador de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Laura Esther Silva Barbosa	Turismóloga	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Tatiane Carvalho Bispo	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Mariene Luiza da Rocha	Arquiteta	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Maele Fernanda de Almeida	Técnica em segurança do trabalho	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Fernanda Patrícia de Oliveira Castilho Rinco	Administração de Empresas	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Douglas André Rinco	Ensino médio	Pesquisadora de campo	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Ronilson Breder	Ensino médio	Motorista	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos
Verônica Gonzaga Oliveira Gomes	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP
Jéssica Camila Rocha de Azevedo	Estudante de Turismo	Estagiário	Expressão Socioambiental Pesquisa e Projetos/UFOP

Fonte: Expressão Socioambiental, 2016

Referências

ATLAS BRASIL. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.ATLASBRASIL.ORG.BR/2013/](http://www.atlasbrasil.org.br/2013/). ACESSO EM: 13/01/2017.

BARBOSA, WALDEMAR DE ALMEIDA. DICIONÁRIO HISTÓRICO GEOGRÁFICO DE MINAS GERAIS. EDITORA ITATIAIA LIMITADA. BELO HORIZONTE; RIO DE JANEIRO: 1995.

BENI, M.C. ANÁLISE ESTRUTURAL DO TURISMO. SÃO PAULO. SENAC, 2007.

BRASIL MINISTÉRIO DA CULTURA, CADERNOS DE ORIENTAÇÃO PARA OS ESTADOS, 2012.

DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CULTURA.GOV.BR/DOCUMENTS/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64](http://www.cultura.gov.br/documents/10907/963783/1382041183148GUIA-DE-ORIENTA%25C3%25A7%25C3%25B5ES-PARA-OS-ESTADOS-SNC-PERGUNTAS-E-RESPOSTAS-DEZEMBRO-DE-2012.PDF/DDE2DB14-F3BB-4CC3-8812-328895390E64). ACESSO: 20/01/2017.

BRASIL, DIÁRIO OFICIAL DA UNIÃO, Nº 85, QUARTA-FEIRA, 7 DE MAIO DE 2014. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://PESQUISA.IN.GOV.BR/IMPRESA/JSP/VISUALIZA/INDEX.JSP?DATA=07/05/2014&JORNAL=3&PAGINA=19&TOTALARQUIVOS=268](http://pesquisa.in.gov.br/imprensa/jsp/visualiza/index.jsp?data=07/05/2014&jornal=3&pagina=19&totalArquivos=268), ACESSO EM: 20/12/16.

BRASIL, MINISTÉRIO DO TURISMO. INTRODUÇÃO À REGIONALIZAÇÃO DO TURISMO. BRASÍLIA, 2007.

CARDOSO, V. B. S. UTILIZANDO RECURSOS VISUAIS (GRÁFICO RADAR) COMO METODOLOGIA PARA AVALIAÇÃO DE IMPACTOS AMBIENTAIS. XII SIBESA – XII SIMPÓSIO ÍTALO BRASILEIRO DE ENGENHARIA SANITÁRIA E AMBIENTAL. NATAL-RN, 2014.

DATAVIVA. DISPONÍVEL EM: [HTTP://DATAVIVA.INFO/PT/](http://dataviva.info/pt/). ACESSO EM: 13/01/2017.

FERREIRA, JURANDYR PIRES. ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS MINEIROS. IBGE: 1957.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. ÍNDICE MINEIRO DE RESPONSABILIDADE SOCIAL. PERFIL MUNICIPAL. BOM JESUS DO GALHO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://IMRS.FJP.MG.GOV.BR](http://imrs.fjp.mg.gov.br), ACESSO EM: 10/12/2016.

FJP - FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO. SITIO LEI ROBIN HOOD. DISPONÍVEL EM:

WWW.FJP.MG.GOV.BR/ROBIN-HOOD/ , ACESSO EM: 15/12/2016.

FUNDO ESTADUAL DE CULTURA - FEC. SUPERINTENDÊNCIA DE FOMENTO E INCENTIVO À CULTURA. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO DE 2016.

FUTURA, MATRIZ DE HIERARQUIZAÇÃO DE INICIATIVAS, 2016.

IBGE, PERFIL DOS ESTADOS E DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS: CULTURA: 2014, COORDENAÇÃO DE POPULAÇÃO E INDICADORES SOCIAIS. RIO DE JANEIRO: IBGE, 2015.

IBGE, PESQUISA DE INFORMAÇÕES BÁSICAS MUNICIPAIS – MUNIC, MÓDULO CULTURA. IBGE, 2014.

IBGE. IBGE CIDADES. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN](http://WWW.CIDADES.IBGE.GOV.BR/XTRAS/HOME.PHP?LANG=_EN). ACESSO EM: 10/01/2017.

IEF - INSTITUTO ESTADUAL DE FLORESTAS, DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.IEF.MG.GOV.BR/NOTICIAS/1/1957-ROMARIA-ECOLOGICA-MOVIMENTA-O-PARQUE-ESTADUAL-DO-RIO-DOCE-NO-FIM-DE-SEMANA](http://WWW.IEF.MG.GOV.BR/NOTICIAS/1/1957-ROMARIA-ECOLOGICA-MOVIMENTA-O-PARQUE-ESTADUAL-DO-RIO-DOCE-NO-FIM-DE-SEMANA). ACESSO EM: 08/12/16.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA.

DIRETORIA DE PROMOÇÃO. LISTA DOS BENS PROTEGIDOS. EXERCÍCIO 2017.

INSTITUTO ESTADUAL DO PATRIMÔNIO HISTÓRICO E ARTÍSTICO DE MINAS GERAIS – IEPHA. ICMS PATRIMÔNIO CULTURAL. DOCUMENTAÇÃO DO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO. EXERCÍCIO 2017. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF](http://WWW.IEPHA.MG.GOV.BR/IMAGES/STORIES/ICMS/PONTUACAO-DEFINITIVA-EXERCICIO-2017.PDF). ACESSO EM: 8/12/16.

MINAS GERAIS. 2014. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA. PLANO ESTADUAL DE CULTURA - MINAS GERAIS. 2014. SÍLIO INSTITUCIONAL, ATUALIZADO EM 13.06.2016, ACESSO EM: 28.11.2016

MINAS GERAIS. ASSEMBLEIA LEGISLATIVA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/](http://WWW.ALMG.GOV.BR/CONSULTE/INFO_SOBRE_MINAS/). ACESSO EM: 13/01/2017.

MINAS GERAIS. SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES. INSTITUCIONAL. BELO HORIZONTE, 2016.

DISPONÍVEL EM: <[HTTP://ESPORTES.MG.GOV.BR/](http://ESPORTES.MG.GOV.BR/)> ACESSO EM: 26/11/2016

NOLASCO VP, BITENCOURT V, PAOLI PB, GOMES E, CASTRO M. ADMINISTRAÇÃO/ GESTÃO ESPORTIVA. IN: DACOSTA LP (ORG.) ATLAS DO ESPORTE NO BRASIL: ATLAS DO ESPORTE, EDUCAÇÃO FÍSICA E ATIVIDADES FÍSICAS DE SAÚDE E LAZER NO BRASIL. RIO DE JANEIRO: SHAPE, 2005.

OMT – CÓDIGO MUNDIAL DE ÉTICA DO TURISMO. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://ETHICS.UNWTO.ORG/SITES/ALL/FILES/DOCPDF/BRAZIL_0.PDF](http://ethics.unwto.org/sites/all/files/docpdf/brazil_0.pdf) . ACESSO EM: 20/12/2016.

OMT – ORGANIZAÇÃO MUNDIAL DO TURISMO. DISPONÍVEL EM: [HTTP://WWW2.UNWTO.ORG/](http://www2.unwto.org/).

ACESSO EM: 20/12/2016.

PRÁXIS PROJETO E CONSULTORIA. DIAGNÓSTICO SOCIOECONÔMICO - MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO GALHO, 2016.

SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTE. DISPONIBILIZADO NO SÍTIO ELETRÔNICO DA SECRETARIA DE ESTADO DE ESPORTES DE MINAS GERAIS, 2016. ACESSO EM: 25/10/2016.

SENAC MINAS, MATA ATLÂNTICA DE MINAS, DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.DESCUBRAMINAS.COM.BR/TURISMO/CIRCUITODETALHE.ASPX?COD_CIRCUITO=85](http://www.descubraminas.com.br/turismo/circuitoDetalhe.aspx?cod_circuito=85),

ACESSO EM: 20/12/2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. CIRCUITOS TURÍSTICOS DE MINAS GERAIS: INFORMAÇÕES ADMINISTRATIVAS. BELO HORIZONTE, 2009. DISPONÍVEL EM: <

[HTTP://WWW.TURISMO.MG.GOV.BR/CIRCUITOS-TURISTICOS/INFORMACOES-ADMINISTRATIVAS](http://www.turismo.mg.gov.br/circuitos-turisticos/informacoes-administrativas) >.

ACESSO EM: 23/11/ 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ICMS TURÍSTICO. 2016.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. ORIENTAÇÕES PARA O PLANEJAMENTO E GESTÃO MUNICIPAL DO TURISMO EM MINAS GERAIS. 2014.

SETUR/MG – SECRETARIA DE ESTADO DO TURISMO DE MINAS GERAIS. PESQUISA DE DEMANDA TURÍSTICA. 2014.

SIDRA. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW2.SIDRA.IBGE.GOV.BR/BDA/TABELA/LISTABL.ASP?C=2031&Z=CD&O=17](http://www2.sidra.ibge.gov.br/bda/tabela/listabl.asp?c=2031&z=cd&o=17). ACESSO EM:
13/01/2017.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS. CADASTRO DE
BIBLIOTECAS. SECRETARIA DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE BIBLIOTECAS PÚBLICAS E SUPLEMENTO LITERÁRIO. SECRETARIA DE ESTADO
DE CULTURA DE MINAS GERAIS. NOVEMBRO 2016.

SUPERINTENDÊNCIA DE INTERIORIZAÇÃO E AÇÃO CULTURAL. PROGRAMA DE BANDAS. SECRETARIA
DE ESTADO DE CULTURA DE MINAS GERAIS, 2016.

TCE PORTAL DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DE MINAS GERAIS - FISCALIZANDO COM O TCE
MINAS TRANSPARENTE, 2016. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://FISCALIZANDOCOMTCE.TCE.MG.GOV.BR/HOME/INDEX](http://fiscalizandocomtce.tce.mg.gov.br/home/index), ACESSO EM: 10/01/2017.

BOM JESUS DO GALHO, SÍTIO DA PREFEITURA MUNICIPAL, DISPONÍVEL EM:

[HTTP://WWW.BOMJESUSDOGALHO.MG.GOV.BR](http://www.bomjesusdogalho.mg.gov.br), ACESSO EM: 10/01/2017.

TUBINO, M, J, G. DIMENSÕES SOCIAIS DO ESPORTE. 2º ED. SÃO PAULO: CORTEZ, 2001.

EMATER/MG - EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO MINAS GERAIS.

DISPONÍVEL EM: [FILE:///C:/USERS/SOCIOAMBIENTAL/DOWNLOADS/ATLAS-BACIA-DO-
RIBEIR%C3%A3O-DO-BOI-INTERNET-COM-AS-ORELHAS.PDF](file:///C:/Users/SOCIOAMBIENTAL/Downloads/Atlas-Bacia-do-Ribeir%C3%A3o-do-Boi-Internet-com-as-orelhas.pdf). ACESSO EM: 02/01/2017

ENCICLOPÉDIA DOS MUNICÍPIOS BRASILEIROS. DISPONÍVEL EM:

[HTTP://BIBLIOTECA.IBGE.GOV.BR/VISUALIZACAO/DTBS/MINASGERAIS/BOMJESUSDOGALHO.PDF](http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/dtbs/minasgerais/bomjesusdogalho.pdf).
ACESSO 10/01/2017.

IBGE. CENSO DEMOGRÁFICO DISPONÍVEL EM: EM:

[HTTP://WWW.CENSO2010.IBGE.GOV.BR/SINOPSEPORSETORES/?NIVEL=ST](http://www.censo2010.ibge.gov.br/sinopseporsetores/?nivel=st). ACESSO 10/01/17.